



Fala di Mindjer*

**As vozes das mulheres*

***Além da pressão social e das barreiras institucionais:
o papel das mulheres nas esferas de tomada de
decisão na Guiné-Bissau***



Fala di Mindjer*

**As vozes das mulheres*

***Além da pressão social e das barreiras institucionais:
o papel das mulheres nas esferas de tomada de
decisão na Guiné-Bissau***

Março de 2018

Patrocinado pela Iniciativa de Promoção do Género
do Fundo para a Consolidação da Paz das Nações Unidas



As opiniões expressas neste relatório são as dos auscultados e não representam necessariamente os pontos de vista dos autores nem dos financiadores.

Imagem da capa: Copyright Interpeace
Todos os direitos reservados

ISBN 978-2-9559853-8-0
EAN 9782955985380

Copyright: Voz di Paz, Iniciativa para a Consolidação da Paz e Interpeace.
Todos os direitos reservados.

Publicado em março de 2018

Os caracteres tipográficos usados nesta publicação são Suisse International, Suisse Works e Suisse Neue, por Swiss Typefaces que generosamente patrocinam Interpeace.

www.swisstypefaces.com

Quai Perdonnet 19
1800 Vevey
Switzerland

É autorizada a reprodução gratuita, sem pedido formal, de curtos extratos deste relatório, desde que se respeite a menção completa da fonte original, incluindo o título do relatório, o autor e o ano de produção. A autorização é válida somente se o material for fiel ao relatório. Em caso nenhum é autorizada a modificação das informações, incluindo as legendas. Esta é uma publicação da Voz di Paz e da Interpeace. As opiniões expressas neste relatório são as dos auscultados e não representam necessariamente os pontos de vista da Voz di Paz e da Interpeace. Para autorizações ou informações complementares, por favor contacte vozdipazgb@gmail.com ou wao@interpeace.org

Fala di Mindjer*

**As vozes das mulheres*

***Além da pressão social e das barreiras institucionais:
o papel das mulheres nas esferas de tomada de
decisão na Guiné-Bissau***

Março de 2018

Voz di Paz

Bairro do Enterramento
CP 588
Bissau, Guiné-Bissau

Tel: +245966633617
vozdi paz@gmail.com

Interpeace Escritório Regional para a África Ocidental

Villa n° 43,
Cité Les Lauriers 5, Deux Plateaux
06 BP 2100 Abidjan, Côte d'Ivoire

Tel : +225 22 42 33 41
wao@interpeace.org
www.interpeace.org

Peacebuilding Fund Peacebuilding Support Office

United Nations Headquarters
New York, NY 10017
United States

Equipa do projeto

Voz di Paz

Coordenação	MENDES MASCARENHAS TIPOTE Filomena, Diretora e Investigadora Principal
Investigação	AUGUSTO JABULÁ Isaiete, Investigadora Assistente FATI Udé, Investigadora MANÉ SONA Nilza, Investigadora Assistente MENDES LOPES Manuela, Investigadora Sénior
Apoio	BIAI Iaia, Assistente Som e Imagens BORJA FUNY Mencham, Diretor Administrativo e Financeiro GOMES Domingos José, Operador de Câmara

Interpeace - Escritório Regional para a África Ocidental

Coordenação	MOLTES Anne, Diretora Regional para a África Ocidental MESTRE Christelle, Encarregada de Programas
Apoio	CHOC Estuardo, Designer Gráfico HOFF Mirko, Encarregado da Inovação e da Aprendizagem

Prefácio e agradecimentos

O presente relatório produzido pela Voz di Paz, Iniciativa para a Consolidação da Paz e Interpeace quer mostrar o retrato real das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau. Ele pretende contribuir para um melhor conhecimento da situação das mulheres nesse domínio e produzir matéria para compreender a complexidade e a abrangência do tema, agindo como complemento a análises prévias.

Este trabalho, através da sua abordagem participativa e inclusiva, propõe novas perspetivas baseadas nas interações privilegiadas com atores-chaves que contribuem na reprodução, no combate, na criação ou sofrem com os limites da participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão. Igualmente, as auscultações ofereceram à população guineense uma oportunidade única de falar, dialogar, analisar e buscar pistas de soluções sobre um assunto que diz respeito a todos os Guineenses. Pretende agir como um espelho que mostra várias facetas da situação atual, tanto os seus limites como as suas potencialidades.

Para chegar a este resultado, o percurso foi longo, e quer-se agradecer à todos os atores que contribuíram para o seu sucesso:

- À Iniciativa de Promoção do Género do Fundo para a Consolidação da Paz das Nações Unidas (PBF) que generosamente financiou o projeto, assim como o Escritório de Apoio para a Consolidação da Paz (PBSO) em Nova Iorque e particularmente o Secretariado do PBF na Guiné-Bissau pelo seu apoio incondicional nas várias fases do projeto;
- Ao governo da Guiné-Bissau, através do Ministério da Presidência do Conselho de Ministros, na qualidade de Copresidente do Comité Executivo do Fundo para a Consolidação da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau e do Ministério da Solidariedade, Família e Coesão Social por apadrinhar esta iniciativa;
- A todos os parceiros estatais e não estatais, com destaque para o Ministério do Interior e o Estado Maior General das Forças Armadas, através do Departamento dos Serviços de Assuntos Sociais que apoiaram na disponibilização dos participantes;
- Aos partidos políticos, chefes tradicionais e religiosos que acudiram o convite de participar e contribuir no processo de diálogo;
- Aos Espaços Regionais de Diálogo, estruturas da Voz di Paz para o enraizamento duma cultura de paz na Guiné-Bissau, pelo seu apoio e colaboração na organização dos trabalhos de terreno;

- À Rádio Sol Mansi, Rádio Jovem, e às trinta e três rádios comunitárias parceiras da Voz di Paz, pelo trabalho de difusão e por contribuírem na divulgação das mensagens-chaves do presente relatório para uma verdadeira mudança de mentalidade;
- Aos participantes das auscultações nacionais, dos grupos de reflexão e da Conferência nacional, pela sua disponibilidade e as suas ideias, sem as quais não teria sido possível fazer esta rica recolha e levá-la ao conhecimento da população e das autoridades do país.

Em nome das equipas da Voz di Paz e da Interpeace:

Filomena Mendes Mascarenhas Tipote, Diretora da Voz di Paz

Anne Moltès, Diretora Regional da Interpeace para a África Ocidental

Os nossos sinceros agradecimentos institucionais e de Paz. Esperemos que este relatório constitua uma ferramenta de reflexão e uma referência para futuros esforços.

Índice analítico

Para navegar neste documento, clique em qualquer título do índice analítico. Para voltar nesta página, clique num número de página

6 PREFÁCIO E AGRADECIMENTOS

12 SÍNTESE ILUSTRADA DAS MENSAGENS CHAVES

16 MENSAGENS CHAVES

- 16 A política não é vista como trajetória de sucesso para as mulheres
- 17 A alta pressão social sobre as mulheres enfraquece uma já frágil autoestima necessária para atingir postos de tomada de decisão
- 18 O ambiente social da mulher e as tradições étnicas representam oportunidades chaves para a sua ascensão social e política
- 18 As mulheres têm um papel político no processo eleitoral, mas participam raramente na tomada de decisão
- 19 As Forças de Defesa e Segurança são territórios de homens
- 20 As estruturas do poder como vetores de mudança

21 BOAS PRÁTICAS E RECOMENDAÇÕES

- 23 1. Definir de maneira participativa o que é o *género* para a *consolidação da paz*
- 24 2. Identificar e reforçar as capacidades existentes a favor da promoção das mulheres na tomada de decisão
- 25 3. Considerar os atores chaves e as estratégias que levam à mudança visada, para contribuir para responsabilizar a população a favor da promoção do papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão
- 26 4. Identificar e mitigar os riscos se trabalhar sobre a temática do lugar da mulher numa sociedade mais pacífica
- 27 5. Ter em conta os *fatores de sucesso* para garantir o impacto das ações que visam promover a participação da mulher nas esferas de tomada de decisão

31 INTRODUÇÃO

- 32 i. Ponto de situação
- 35 ii. Metodologia
- 38 iii. Pesquisa e comunicação audiovisual
- 39 iv. Análise sistémica e estrutura do relatório

40 O VÍDEO QUE ACOMPANHA ESTE RELATÓRIO

43 CAPÍTULO I: DEBAIXO DA PRESSÃO SOCIAL, A MULHER PARTICIPA DIFICILMENTE NA TOMADA DE DECISÃO

- 44 1.1. A responsabilização da mulher no domínio privado limita o seu desenvolvimento pessoal e profissional
- 45 1.2. A escola não oferece um quadro alternativo para reforçar o desenvolvimento da autoestima e confiança das meninas
- 47 1.3. A importância atribuída ao casamento para a mulher é um bastião à participação da mulher na vida política
- 48 1.4. A mulher guineense idealizada: um trampolim ou uma armadilha à sua participação política?
- 50 1.5. As altas expectativas sociais pressionam a mulher ao abandono da carreira política
- 53 1.6. A fraca solidariedade entre as mulheres põe a mulher na vanguarda da sua própria exclusão no domínio político
- 55 Pistas de soluções

59 CAPÍTULO II: NO JOGO POLÍTICO, A MULHER TEM UM PAPEL LIMITADO, AFASTADO DA TOMADA DE DECISÃO

- 59 2.1. A mulher tem um papel mobilizador na política, recompensador e valorizado na sociedade
- 61 2.2. Barreiras múltiplas para atingir postos de tomada de decisão
- 63 2.3. As mulheres não fazem parte do jogo político
- 64 2.4. A dominação social do homem continua na política
- 65 Pistas de soluções

69 CAPÍTULO III: AS FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA: UM TERRENO MASCULINO ONDE POUCAS MULHERES INGRESSAM E PROGRIDEM

- 70 3.1. A entrada das mulheres nas FDS não depende das suas aptidões, mas das perceções negativas a seu respeito e da falta de infraestruturas inclusivas
- 73 3.2. A cultura da masculinidade nas FDS é estigmatizante para a mulher
- 74 3.3. Altos níveis de competição impedem a mulher de competir para altos cargos
- 77 Pistas de soluções

81 CONCLUSÃO

85 ANEXOS

- 85 Anexo 1: Como ler a análise sistémica
- 88 Anexo 2: Dados estatísticos sobre as atividades
- 88 Tabela 1: Auscultações nacionais (grupos de discussão)
- 89 Tabela 2: Restituição dos resultados para validação
- 90 Tabela 3: Atividades realizadas
- 90 Gráfico 1: Repartição sociodemográfica dos participantes nas atividades por género
- 91 Gráfico 2: Repartição sociodemográfica dos participantes nas atividades por idade
- 91 Gráfico 3: Repartição socioprofissional dos participantes na Conferência Nacional, 10-11 de outubro de 2017
- 92 Anexo 3: Mapa da Guiné-Bissau

93 BIBLIOGRAFIA

Índice dos quadros e ilustrações

- 21** Quadro 0.1 | Resumo das pistas de soluções, por capítulo
- 32** Tabela A | Numero e percentagem de mulheres na legislatura desde 1973
- 34** Quadro 0.2 | Elementos conceituais: tomada de decisão, género e consolidação da paz
- 37** Quadro 0.3 | Espaços Regionais de Diálogo da Voz di Paz
- 38** Quadro 0.4 | Spots rádios para estimular uma mudança de mentalidade
- 43** Quadro 1.1 | As etnias, determinantes na perceção e lugar das mulheres em sociedade
- 49** Quadro 1.2 | A imagem da mulher como altruísta
- 52** Círculo sistémico A: Dinâmicas socioculturais que limitam as ambições políticas das mulheres
- 54** Círculo sistémico B: Desvalorização do sucesso político das mulheres
- 69** Quadro 3.1. | As mulheres nas Forças Armadas: uma evolução histórica
- 72** Círculo sistémico C: Perceções à volta das mulheres que ingressam nas FDS
- 76** Círculo sistémico D: A promoção das mulheres nas FDS

SÍNTESE ILUSTRADA

Síntese ilustrada das mensagens chaves

O que tem que se lembrar para compreender melhor as dinâmicas ligadas ao papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão



1

"A política tem cara de homem"

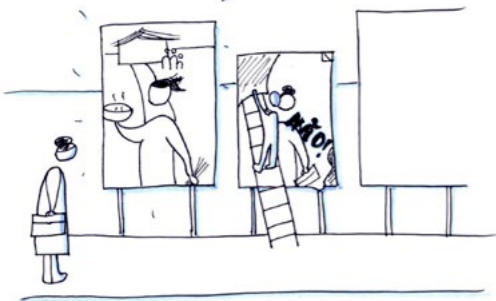


2

O caminho do sucesso leva geralmente ao casamento, não à política

A ascensão social e política da mulher, frustrante e desencorajadora

3



4

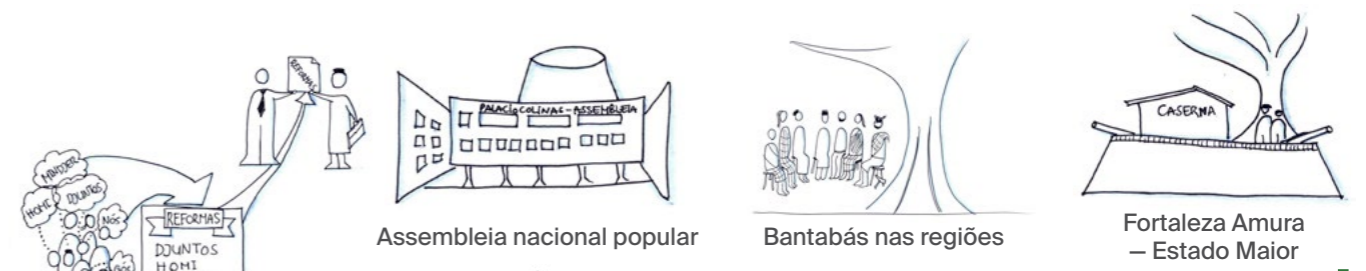
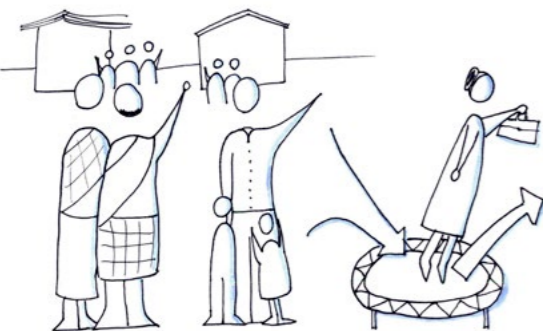
Além da educação, a autoestima e autoconfiança da mulher determinam a ascensão social e política da mulher

Capítulo I: Pressão social



O ambiente social, um trampolim para a ascensão social e política da mulher

5



10

Os decisores, garantes de mudanças mais inclusivas

9

A cultura da masculinidade desvaloriza as mulheres nas FDS



8

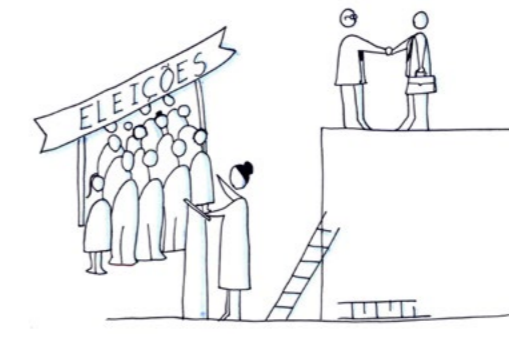
As mulheres das Forças de Defesa e Segurança são vistas como ilegítimas



Capítulo II: Jogo político

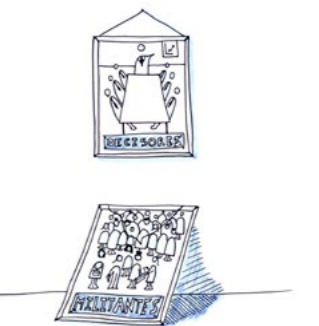
6

A mobilização política das mulheres não leva necessariamente à sua inclusão no processo de tomada de decisão



7

Muitas mulheres militantes, mas poucas líderes políticas



Estas ilustrações são inspiradas das técnicas de visualização de bikablo®. www.bikablo.com

MENSAGENS
CHAVES E
RECOMENDAÇÕES

Mensagens chaves

O que tem que se lembrar para compreender melhor as dinâmicas ligadas ao papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão

A política não é vista como trajetória de sucesso para as mulheres



1. "A política tem cara de homem"

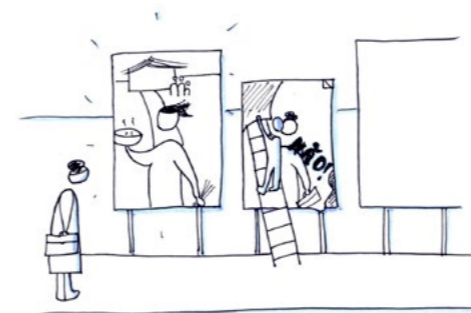
Observa-se uma forte apropriação e valorização dos estereótipos de género, por ambos os sexos. Nesse esquema, as mulheres são relegadas a um papel doméstico enquanto os homens são valorizados na esfera pública e política. A preferência social de ter homens nos órgãos de tomada de decisão é particularmente reforçada pelas próprias mulheres, que aceitam e contribuem para reforçar o seu papel afastado da tomada de decisão. Muitas vêm como seu papel apoiar os homens na sua ascensão, em seu próprio detrimento. Essa atitude de submissão e autoexclusão é altamente valorizada na sociedade, espelhando toda a complexidade das relações de género e da sua transposição em todos os domínios da sociedade, inclusive nas esferas de tomada de decisão.



2. O caminho do sucesso leva geralmente ao casamento, não à política

O modelo de sucesso feminino depende do bom funcionamento do casamento, que arrisca ser questionado pela participação da mulher na política. Desde a tenra idade, a mulher é educada para acreditar que precisa dum homem para tomar conta dela. Ela vê às vezes o casamento como uma saída para um futuro melhor, uma oportunidade para encontrar o seu caminho na vida. Nesse esquema, o papel do homem provedor e chefe de família é predominante e determinante para o sucesso no casamento. O risco de perder o casamento determina geralmente a escolha na decisão de entrar na política e na hora de assumir o posto de tomada de decisão tomando em conta o que a sociedade repara dela

A alta pressão social sobre as mulheres enfraquece uma já frágil autoestima necessária para atingir postos de tomada de decisão



3. A ascensão social e política da mulher, frustrante e desencorajadora

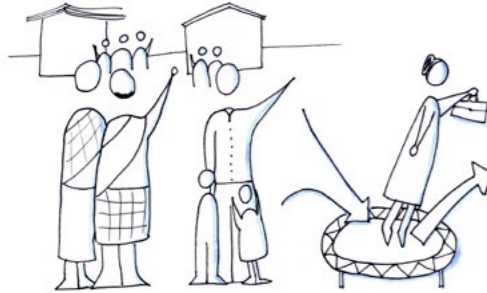
A pressão social sobre as mulheres e pelas mulheres cria conformismo e frustrações. As mulheres são valorizadas unicamente através de qualidades que lhes são impostas (nelas) pela sociedade, como o facto de ser altruísta, criando uma imagem idealizada da mulher. A pressão social faz com que ela se torne pouco disposta a ir ao encontro dessa imagem. Se ela decidir, apesar de tudo, ir além dessa pressão, torna-se então vítima duma vasta campanha de difamação, muitas vezes iniciadas pelas próprias mulheres. A fraca solidariedade feminina é explicada por sentimentos de fraca autoestima que lhes impede valorizar outras mulheres. Largamente dependente dos seus círculos familiares e comunitários, a mulher raramente se arrisca a perder o seu capital social para pretender entrar na política onde as suas garantias de sucesso são limitadas.



4. Além da educação, a autoestima e autoconfiança da mulher determinam a ascensão social e política da mulher

A ideia que a falta de educação é a causa principal da exclusão das mulheres das esferas de tomada de decisão é largamente difundida. Pode verificar-se em certos casos, que são a fraca autoestima e falta de autoconfiança que contribuem para a fraca participação das mulheres nesse domínio. Além disso, os exemplos que ilustram a presença de homens pouco instruídos nos postos de tomada de decisão são vários. Demonstram que a fonte do problema reside nos modelos educacionais em vigor, tanto formais (escola) como informais (pais, comunidade). Esses modelos estimulam pouco as meninas e jovens mulheres a desenvolverem a autoestima necessária com vista à sua ascensão política

O ambiente social da mulher e as tradições étnicas representam oportunidades chaves para a sua ascensão social e política



5. O ambiente social, um trampolim para a ascensão social e política da mulher

O ambiente social é considerado um meio importante de valorização da mulher, na medida em que lhe oferece as oportunidades e as capacidades para iniciar a sua ascensão social e política. Em certas tradições em que o papel da mulher é fortemente valorizado, isso verifica-se, como é o caso da etnia bijagó, dirigida por um sistema matriarcal. As etnias pepel e manjaca são outro exemplo, onde as mulheres representam um importante papel social, pois são elas que garantem a linhagem familiar.¹ O ambiente social, fortemente influenciado pelas práticas étnicas e onde a família e os membros da comunidade desempenham um papel primordial na valorização e apoio à mulher, representa assim uma oportunidade chave para influenciar as práticas socioculturais ancoradas na sociedade.

As mulheres têm um papel político no processo eleitoral, mas participam raramente na tomada de decisão

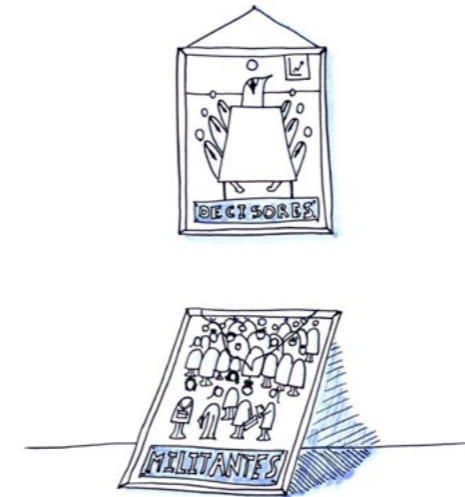


6. A mobilização política das mulheres não leva necessariamente à sua inclusão no processo de tomada de decisão

A percepção de que as mulheres desempenham um papel importante na política, devido ao seu engajamento ativo nas campanhas eleitorais, é largamente difundida. Mas na realidade, observa-se que esse engajamento, que se traduz pela responsabilização das mulheres em todas as atividades ligadas à logística e à cultura, limita-se a papéis auxiliares que lhe conferem raramente acesso à tomada de decisão. Esse fenómeno

¹ Na maioria das tradições patriarcais, os benefícios da descendência (heranças, trono, mão de obra) são transmitidos pelo pai, que garante a linhagem familiar. Nas etnias pepéis e manjacas, esses benefícios são transmitidos pelas mães, porque nelas reside a verdadeira linhagem biológica que certifica a quem um filho pertence, sendo elas que dão à luz. Essas tradições representam uma vantagem para a mulher em termos de captação de mão de obra e riquezas familiar.

mostra a existência duma lacuna entre a percepção da sua participação e as implicações da mesma para ter uma verdadeira influência ao nível da tomada de decisão.



7. Muitas mulheres militantes, mas poucas líderes políticas

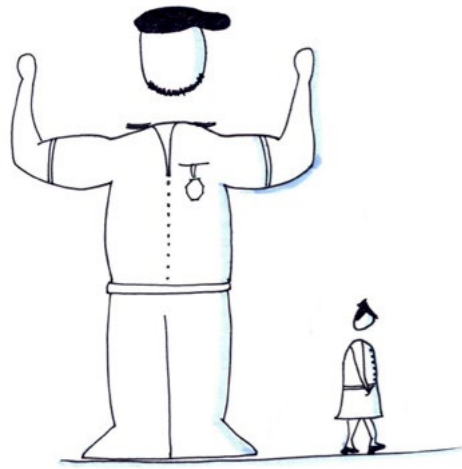
As estruturas formais dos partidos políticos, que dão poucas oportunidades de ascensão aos lugares de decisão, são influenciadas por práticas informais. Apesar de uma larga e reconhecida representação feminina nas bases militantes dos partidos, as mulheres não são incluídas ou senão encorajadas a integrarem as estruturas de decisão. As heranças de práticas políticas são fortemente influenciadas pelos padrões dominantes, e as estruturas formais não são sensibilizadas o suficiente sobre a importância da integração das mulheres nas esferas de tomada de decisão dos partidos políticos.

As Forças de Defesa e Segurança são territórios de homens



8. As mulheres das Forças de Defesa e Segurança são vistas como ilegítimas

A falta de critérios objetivos e processos transparentes para ingressar nas Forças de Defesa e Segurança e obter promoções contribui para reforçar as práticas informais ligadas ao clientelismo e nepotismo, entre outros, que se observam tanto em círculos femininos como masculinos. Contudo, no imaginário coletivo, o homem é naturalmente associado às FDS, devido ao sistema de voluntariado que se aplica durante o processo de recrutamento. Ali, as mulheres são vistas como mais frágeis e intrusas – onde somente conseguem entrar “pela janela”, ou seja, por processos informais. A associação entre formalidade e homens de um lado, e informalidade e mulheres do outro lado, reforça a crença social segunda a qual as mulheres nas FDS não cumprem com os seus deveres de exemplaridade tal como a sociedade espera delas.



9. A cultura da masculinidade desvaloriza as mulheres nas Forças de Defesa e Segurança

Nas Forças de Defesa e Segurança, as mulheres são muitas vezes desvalorizadas e excluídas das esferas de tomada de decisão porque se entende que elas “falam muito”, não conseguem guardar segredos ou porque são fisicamente mais frágeis. Esta percepção influenciada por uma forte cultura de masculinidade reinante nas FDS, desencoraja muitas mulheres, levando-as a desistir do sonho de atingir altos escalões. Entretanto, tais comportamentos depreciativos são motivados pela falta de estruturas e políticas internas inclusivas que possam permitir a valorização das mulheres das FDS.

As estruturas do poder como vetores de mudança



10. Os decisores, garantes de mudanças e reformas mais inclusivas

Os homens e as mulheres políticos só podem implementar reformas que visam a promoção do género se eles se engajarem em compreender melhor as necessidades de género da população. Os debates à volta da aplicação efetiva duma política de género, passando nomeadamente pela revisão de leis (lei quadro dos partidos e lei eleitoral) e a adoção duma lei de paridade (lei de quotas) demonstram os limites que as reformas podem ou não influenciar. O sucesso para a mudança terá que ser conduzido por indivíduos que agem como garantes para acompanhar um processo que seja inclusivo e representativo da população no seu todo.

Boas práticas e recomendações

Como melhorar a implementação de soluções a favor da promoção do papel da mulher nas esferas de tomada de decisão?

A análise participativa levada a cabo pela Voz di Paz e Interpeace na Guiné-Bissau permitiu pôr à luz mensagens chaves sobre a temática do papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão. Além dos obstáculos identificados, as populações também propuseram pistas de soluções para contribuir na resolução deste problema. **Essas pistas de soluções – propostas concretas elaboradas pelas populações – estão detalhadas no fim de cada capítulo do presente relatório, e apresentadas de maneira resumida no quadro abaixo.**²

Quadro 0.1 | Resumo das pistas de soluções, por capítulo

Pistas de soluções do Capítulo I – Pressão social

1. Criar um quadro de diálogo intergeracional para definir uma sociedade mais inclusiva
2. Valorizar o papel dos chefes tradicionais e figuras legítimas na busca de soluções
3. Estabelecer um sistema divulgação da informação sobre os benefícios da inclusão das mulheres para uma sociedade mais pacífica
4. Valorizar os modelos de sucesso de mulheres políticas e FDS na educação formal
5. Desenvolver e encorajar iniciativas de expressão artística valorizando o papel da mulher nas esferas de decisão
6. Encorajar a população a tomar responsabilidade pela promoção do género para a consolidação da paz
7. Ter em conta as boas práticas relativas à transformação do papel da mulher na África Ocidental

² Nas conclusões de cada capítulo encontram-se pistas de soluções que destacam ferramentas e pistas a seguir, tal como propostas pela população.

8. Assegurar um acompanhamento e apoio comunitário para as mulheres

Pistas de soluções do Capítulo II – Jogo político

1. Engajar os decisores políticos através da advocacia a favor da participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão
2. Estabelecer uma monitoria dos avanços políticos relativos à participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão
3. Reforçar as capacidades dos líderes políticos sobre questões de género para a consolidação da paz

Pistas de soluções do Capítulo III – Forças de Defesa e de Segurança

1. Definir um quadro jurídico claro e inclusivo tomando em conta as preocupações das mulheres FDS perante a sua inclusão nas esferas de tomada de decisão
2. Melhorar a comunicação à volta da inclusão das mulheres nas FDS

Além das soluções, é importante interessar-se pelas práticas e processos que permitirão a sua boa implementação. De fato, a temática do papel das mulheres na tomada de decisão é complexa e não é raro que se criem resistências e incompreensões. Como abordar esta situação? Para levar a reflexão além das soluções, também é necessário interessar-se na *maneira* como elas podem ser implementadas.

A seguir são apresentadas boas práticas e recomendações que visam acompanhar os decisores e atores numa reflexão sobre *como* implementar soluções de maneira mais eficaz e sustentável. Certos processos, por mais anódinos que possam parecer, são essenciais para contribuir na eficácia dum projeto de consolidação de paz. Os elementos apresentados abaixo não são exaustivos e pretendem guiar a reflexão do leitor na conceção ou na implementação das suas iniciativas.

As boas práticas e recomendações são tiradas de exemplos concretos da presente análise participativa. Destinam-se a qualquer ator que deseje contribuir nesta problemática, desde os atores políticos, responsáveis pelas reformas, as FDS, doadores, organizações da sociedade civil nacionais e internacionais, Organizações das Nações Unidas, assim como a cada guineense.

1. Definir de maneira participativa o que é o género para a consolidação da paz



Ilustração: As auscultações revelaram uma grande incompreensão por parte das populações, de todas as categorias socioprofissionais, relativamente à significação do género e às suas implicações para a consolidação da paz. Vários discursos, confundindo as palavras “mulher” e “género” entre outros, mostraram que **existem equívocos e confusões com respeito ao conceito de género, e à sua pertinência num contexto de consolidação da paz**, uma área também largamente desconhecida. Parece ser pouco claro para as pessoas auscultadas como a promoção das mulheres nas esferas de tomada de decisão contribui na construção de uma sociedade mais pacífica.

Argumento: Para trabalhar a favor do género para a consolidação da paz, é necessário definir claramente os conceitos subjacentes, primeiramente durante a fase de conceção das iniciativas, e em segundo lugar ao longo da implementação da ação, junto dos participantes e beneficiários. Perguntas como “*o que significam o género e a consolidação da paz no contexto da Guiné-Bissau? Como são compreendidos segundo os usos e costumes locais? Quais são as palavras Crioulas para comunicar uma mensagem relativa ao género e à consolidação da paz? Qual é a ligação entre género, paz e consolidação da paz?*” podem parecer anódinas, mas são importantes para por à luz a variedade de perceções e estabelecer uma compreensão comum desses conceitos.

Recomendação: Em qualquer ação que toque a temática do género para a consolidação da paz, é essencial definir os conceitos chaves que se pretendem tratar, e sobretudo **envolver os participantes nesse processo**. A definição do que se entende por género para a consolidação da paz constitui uma etapa crucial para garantir uma maior compreensão e apropriação pelos participantes. É um primeiro passo para enraizar a mudança visada.

2. Identificar e reforçar as capacidades existentes a favor da promoção das mulheres na tomada de decisão

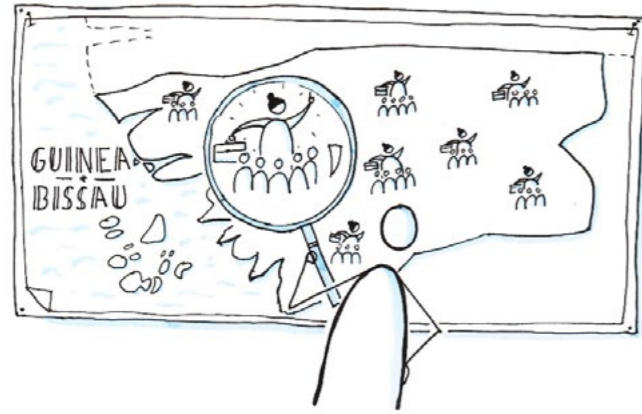


Ilustração: O relatório põe à luz a existência de vários **fatores positivos** que contribuem ou têm o potencial de contribuir na promoção das mulheres nas esferas de tomada de decisão. As redes de mulheres a nível local nas *Mandjuandades*³ ou nos partidos políticos são exemplos concretos neste sentido. As práticas e usos favoráveis à promoção da mulher em certas etnias guineenses também constituem uma base para a sua ascensão nas esferas de tomada de decisão (ver *Mensagem chave 5* do presente relatório). As histórias de vida de mulheres que conseguiram a sua carreira na política ou nas FDS também ilustram que a participação das mulheres nesses domínios é possível e positiva.

Argumento: Existe uma variedade de capacidades endógenas a favor da promoção do papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão, que são muitas vezes desconhecidas ou desvalorizadas. Salientar e reforçar essas capacidades representa não só uma poupança de recursos, mas permite também valorizá-las e fazê-las crescer.

Recomendação: Nas primeiras etapas do lançamento dum projeto para promover o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão, é altamente recomendado **mapear as capacidades existentes** nas zonas de intervenção. Um mapeamento metódico, que toma em conta os grupos, as relações e as pessoas-recurso chaves engajadas na promoção do género para a consolidação da paz a nível local, constitui uma etapa importante do sucesso duma iniciativa.

³ Reagrupamentos tradicionais onde a mulher tem um papel social aceite e valorizado.

3. Considerar os atores chaves e as estratégias que levam à mudança visada, para contribuir para responsabilizar a população a favor da promoção do papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão



Ilustração: Quando se fala da promoção das mulheres na tomada de decisão, constata-se que nos debates se levantam questões sobre “de onde” devem vir as soluções: dos cidadãos (mudar as mentalidades), da sociedade civil (reforçar as capacidades), ou do Estado (criar leis). As auscultações relevaram que **é mais fácil apontar o dedo** e dizer que a mudança tem que vir dos outros. Observa-se assim uma situação onde poucas pessoas se querem tornar responsáveis pela promoção do papel das mulheres nas esferas de decisão.

Argumento: O argumento central do debate não reside na questão de “quem tem que tomar responsabilidade para promover a participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão?”. É preciso questionar-se sobre “quais os diferentes níveis de responsabilidade e de engajamento”, ou ainda “quais os grupos de indivíduos ou de instituições (cidadãos, sociedade civil, representantes do Estado) envolvidos na implementação da solução”. Estas perguntas põem à luz a necessidade de considerar os atores chaves que levam à mudança, e de identificar os meios para atingi-la.

Recomendação: É essencial considerar, para cada ação elaborada, 1) **qual a mudança visada**; 2) quais os atores que levam a essa mudança; e 3) quais as estratégias mais apropriadas para atingir a mudança visada. Para tal, existem várias ferramentas metodológicas que podem ser utilizadas para definir, testar e avaliar a mudança no tempo, como a *Teoria da Mudança*.⁴

⁴ Para mais orientações sobre a Teoria da Mudança e metodologias de consolidação da paz, consultar os materiais da *Reflexão sobre a Prática da Paz (Reflecting on Peace Practice)* por CDA Collaborative.

4. Identificar e mitigar os riscos se trabalhar sobre a temática do lugar da mulher numa sociedade mais pacífica

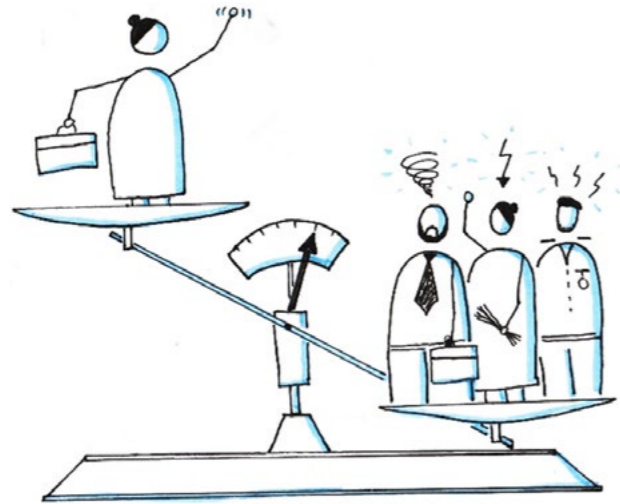


Ilustração: Durante as auscultações, muitos homens e mulheres mostraram **resistência e relutância** perante a questão da promoção da participação da mulher na tomada de decisão. Muitas pessoas admitiram ter medo que a promoção da participação da mulher venha transformar a ordem social e eliminar as tradições e papéis tradicionais que eles valorizam. Os homens em particular, exprimiram sentimentos negativos perante uma mudança onde o seu papel na sociedade lhe seria retirado. Certas mulheres, que já têm uma posição vulnerável nas suas comunidades, também exprimiram dúvidas perante os benefícios reais que traria uma mudança que poderá excluí-las e vulnerabilizá-las ainda mais.

Argumento: Promover a participação e a inclusão das mulheres na tomada de decisão é um assunto complexo, que gera reflexões sobre o lugar do homem e da mulher na sociedade. As percepções à volta das consequências dessa promoção podem constituir verdadeiros riscos para a implementação duma ação, criando mais vulnerabilidades, resistências ou em certos casos, danos.

Recomendação: Para mitigar os riscos ligados aos esforços de promoção da mulher, é imperativo elaborar uma análise profunda de cada risco da ação proposta, nomeadamente em termos socioculturais. É igualmente recomendado **tornar explícito, para cada risco identificado, quais as implicações da ação** (e da mudança visada) **para cada grupo alvo, discriminando os homens e as mulheres**, segundo a faixa etária. Visto a profundidade do assunto abordado, também se torna necessário elaborar estratégias de mitigação que incluem atores chave reconhecidos pela sua influência na ordem social, como os chefes tradicionais e líderes religiosos.

5. Ter em conta os *fatores de sucesso* para garantir o impacto das ações que visam promover a participação da mulher nas esferas de tomada de decisão



Ilustração: Segundo as pessoas auscultadas, as ações visando promover a participação das mulheres na tomada de decisão podem apresentar certas deficiências, nomeadamente o fato de utilizarem, muitas vezes, uma linguagem inadequada à audiência. Muitos vêm igualmente a falta de mecanismos de seguimento como um entrave ao sucesso das ações propostas, não permitindo um real acompanhamento e enraizamento da mudança esperada. Também foi mencionado que a falta de espaços de diálogo e crítica onde os participantes possam contribuir na avaliação das ações, não permite criar uma relação franca entre os implementadores e os beneficiários.

Argumento: Certos fatores e aspetos práticos são importantes para se garantir a apropriação da mudança esperada. Quando não são compreendidos ou tomados em conta pelos atores de implementação, existem riscos de a ação se tornar ineficaz.

Recomendação: Antes de lançar uma ação com vista a promover o papel da mulher nas esferas de tomada de decisão, é necessário tomar consciência dos **fatores de sucesso** que contribuem na eficácia duma ação, a saber 1) o reconhecimento das dinâmicas socioculturais próprias a cada região que influenciam toda a conduta a ser adotada pelo pessoal das ações (roupa e linguagem apropriada); 2) a inclusão de participantes representativos e diversos; 3) a implementação dum plano de seguimento para garantir um acompanhamento adequado; e 4) a inclusão de espaços de avaliação e crítica que garantam a proteção e anonimia dos participantes.

INTRODUÇÃO



Auscultação dum grupo representativo da região de Biombo, em Biombo, 30 de março de 2017.
Copyright Voz di Paz.

Introdução

Verdadeiramente excluídas? As mulheres guineenses⁵ são largamente ausentes das esferas de tomada de decisão na maioria das instituições formais e informais do poder. Quer no parlamento, onde poucas mulheres têm assento, quer nos altos escalões das Forças de Defesa e de Segurança, nas quais elas só representam uma percentagem mínima do exército, a sub-representação das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau é quase sistemática.

A fraca participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão, nomeadamente políticas, é uma problemática que continua a ser amplamente debatida na cena internacional. Este combate constitui uma prioridade para um grande número de países, como atesta o engajamento dos 193 países membros das Nações Unidas na adoção da Agenda 2030 e do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5.5 em particular.⁶ Além de representar um assunto prioritário a nível global, a temática é particularmente crítica no domínio da consolidação da paz, em que o papel das mulheres foi também largamente reconhecido, de maneira notável desde a adoção da Resolução 1325 das Nações Unidas no ano 2000.⁷

As consequências da falta de igualdade e equidade nas esferas de decisão são numerosas, e foram documentadas por um número crescente de atores no mundo. Vários estudos de casos contribuem para alimentar uma vasta discussão sobre o assunto. O presente relatório pretende não só contribuir para esta reflexão, mas quer antes de tudo propor uma leitura alternativa do problema, adotando uma lente de consolidação de paz.

A abordagem participativa da análise da Interpeace e Voz di Paz permite explorar a temática do papel da mulher nas esferas de decisão na Guiné-Bissau com um olhar crítico e profundo, baseando-se nas preocupações da sociedade. *Fala di Mindjer* – o presente relatório – oferece assim uma leitura abrangente que poderá apoiar ações futuras que visam contribuir para a inclusão das mulheres nas esferas de tomada de decisão.

⁵ No presente relatório, a referência ao adjetivo “guineense” significa uma pessoa natural da Guiné-Bissau.

⁶ NAÇÕES UNIDAS, “17 Objetivos para transformar o nosso mundo”. <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>

⁷ NAÇÕES UNIDAS (2000), “Resolução 1325 do Conselho de Segurança”, <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/720/18/PDF/N0072018.pdf?Op>

I. Ponto de situação

Evidência

A história da Guiné-Bissau, desde a luta da independência, foi marcada por figuras femininas que deixaram uma marca profunda na sociedade. Reconhecidas pelo seu papel durante o período da luta, as mulheres que contribuíram e se engajaram junto dos homens na libertação da Guiné-Bissau representam uma honra para o país e são muitas vezes lembradas ao mesmo título que os heróis nacionais.

Após a proclamação da independência, poucas mulheres continuam a desempenhar um papel de relevo nas mais altas esferas de decisão do país. Observa-se que **as mulheres foram e continuam a ser sub-representadas** nessas esferas, sobretudo na Assembleia Nacional Popular (ANP), onde elas são constantemente minoritárias, como ilustra a Tabela A. No governo, nos partidos políticos e nas Forças de Defesa e de Segurança, a tendência é similar.⁸

Tabela A | Numero e percentagem de mulheres na legislatura desde 1973⁹

Legislatura e período	Numero de mulheres	Numero de homens	% de mulheres
1973-1976 (I)	10	110	12%
1976-1984 (II)	19	131	23%
1984-1989 (III)	22	128	26%
1989-1994 (IV)	30	120	36%
1994-1999 (V)	9	91	11%
1999-2004 (VI)	7	95	8%
2004-2008 (VII)	13	87	16%
2008-2012 (VIII)	11	89	13%
2014-2018 (IX)	14	88	17%

⁸ No Governo chefiado pelo Primeiro Ministro Umaro Sissoco Embaló (novembro de 2016 a janeiro de 2018), dos 32 membros figuram escassamente 4 mulheres. Fonte: Decreto presidencial da formação do governo, 2016.

Nas Forças Armadas, somente 4 mulheres chegaram ao posto de coronel. No contingente militar só se encontram 3,93 % de mulheres, e nas Forças de Segurança há simplesmente 2 mulheres com categoria de coronéis. Fonte: Recenseamento militar (2008), República da Guiné-Bissau.

⁹ GODINHO GOMES Patrícia (2013), *Na senda da luta pela paz e igualdade. O contributo das mulheres guineenses*, Buala, disponível em: http://www.buala.org/pt/mukanda/na-senda-da-luta-pela-paz-e-igualdade-o-contributo-das-mulheres-guineenses#footnote27_glozrn5

Para além da sua fraca representação nas esferas de decisão política, **importa também reconhecer a influência e os vários papéis que a mulher desempenha nos diferentes níveis de decisão (social, político e cultural)**, embora esses papéis não sejam valorizados e tomados em conta.

Durante os períodos eleitorais, elas não só votam, mas, em alguns casos, são votadas como candidatas e também desempenham um papel notável e importante na mobilização de massa para as atividades políticas e na mobilização do voto. Nos partidos políticos, nas redes e nas associações políticas, tanto a nível local como nacional, a presença e a influência da mulher é notável e é reconhecida.

O presente relatório pretende, entre outros objetivos, patentear as desigualdades de tratamento e de oportunidades existentes entre os homens e as mulheres, a vários níveis. Também pretende evidenciar os grandes obstáculos à participação da mulher na esfera de tomada de decisão, quer em termos numéricos nas altas esferas de decisão (ANP, governo, Forças de Defesa e de Segurança), quer em termos qualitativos, para compreender por que é que as mulheres, apesar do seu importante papel social e político, ainda se deparam com limites ou barreiras na sua ascensão aos lugares de tomada de decisão.

Consequências

As consequências da fraca participação das mulheres na esfera de tomada de decisão são numerosas. Sendo a mulher excluída na conceção e definição dos objetivos nacionais da governação, as políticas ora elaboradas e implementadas ao longo dos anos, por diferentes governos, não tiveram sucessos desejáveis, pois não tomaram em conta as necessidades e os interesses específicos deste importante segmento da população.

Este falhanço teve como consequências:

- a exclusão acentuada das mulheres dos mecanismos de tomada de decisão, tanto ao nível local como nacional;
- a persistência de certas práticas nefastas contra as mulheres;
- a falta de aproveitamento das competências das mulheres na sociedade;
- a exacerbação, em certos casos, de comportamentos machistas propícios à violência social e política, que contribuem de maneira geral na fragilização do tecido social.

Estas implicações também representam um não respeito aos princípios da equidade e igualdade de direitos plasmados na Constituição da República da Guiné-Bissau, e demais leis que garantem o Estado de Direito democrático. Ademais, elas são consideradas uma ameaça para a paz social, sinónimo de injustiça social que os Guineenses identificaram como uma das causas determinantes do conflito.¹⁰

¹⁰ Segundo os resultados das auscultações sobre *As causas de conflitos na Guiné-Bissau* e da *Visão das mulheres líderes para a paz e desenvolvimento na Guiné-Bissau*, realizadas pela Voz di Paz em 2008-2009 e 2013,

Tendo em conta toda esta situação, pode-se considerar que a participação ativa das mulheres na esfera de decisão pode operar mudanças significativas e positivas na sociedade, e a sua influência nas decisões constitui assim um elemento central da consolidação da paz na Guiné-Bissau.

respetivamente, a injustiça e a exclusão social situam-se entre as principais fontes de conflitos e tensões sociais.

Quadro 0.2 | Elementos conceituais: tomada de decisão, género e consolidação da paz

A temática do papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão faz ressair vários conceitos-chaves que é oportuno identificar. Não se pretende chegar a uma leitura consensual, mas propor elementos de definição considerados essenciais no âmbito do presente relatório.

Tomada de decisão | A tomada de decisão é percebida como o espaço onde decisões importantes são tomadas, as quais têm uma influência para a sociedade, grupo ou comunidades específicas. A participação e o acesso à tomada de decisão subentendem a passagem de um estado de exclusão a um estado de inclusão. A influência e o papel ativo na tomada de decisão subentendem um estado ativo onde acontece uma mudança. Todos estes conceitos são críticos para a tomada de decisão.

Género | O género é uma construção social que define socialmente os homens e as mulheres, ou seja, o seu comportamento e a sua determinada função na sociedade. A equidade de género subentende não somente igualdade de oportunidades segundo o género, mas, sobretudo, o reconhecimento das singularidades, e a valorização da contribuição social e cultural dos homens e as mulheres.¹¹

Consolidação da paz | A consolidação da paz é um processo transformativo no qual as capacidades das sociedades são reforçadas para resolver conflitos de maneira pacífica. É um processo abrangente e transversal que requer a integração de vários atores a todos os níveis da sociedade, trabalhando juntos para construir uma sociedade mais pacífica, independentemente das origens das tensões.¹²

11 OFFICE OF THE SPECIAL ADVISOR ON GENDER ISSUES AND ADVANCEMENT OF WOMEN (2001), "Gender Mainstreaming: Strategy for Promoting Gender Equality" <http://www.un.org/womenwatch/osagi/pdf/factsheet1.pdf>

12 INTERPEACE, "What is Peacebuilding": <http://www.interpeace.org/what-we-do/what-is-peacebuilding/>

ii. Metodologia

Para participar nos esforços de consolidação da paz na Guiné-Bissau, Voz di Paz e Interpeace lançaram um projeto com o objetivo de promover o papel das mulheres na esfera de decisão política e na gestão pacífica de conflitos, através duma análise participativa e representativa dos obstáculos e das oportunidades à participação da mulher na esfera de tomada de decisão política, e de atividades de sensibilização e advocacia baseando-se sobre os resultados das auscultações.

Este projeto, designado "*Caminhar para um Novo Equilíbrio na Guiné-Bissau: Criar espaços para uma verdadeira participação das mulheres na gestão pacífica dos conflitos e na governação*", é implementado pela Voz di Paz, Iniciativa para a Consolidação da Paz e a sua parceira Interpeace, na Guiné-Bissau. É financiado pela Iniciativa de Promoção do Género do Fundo para a Consolidação da Paz das Nações Unidas. O projeto também colaborou com instituições do Estado guineense que têm em seu mandato a promoção das mulheres, como é o caso do Instituto da Mulher e Criança e o Ministério da Família, Coesão social e Mulher, que patrocinou o projeto.

No âmbito deste projeto, pretendeu-se contribuir na Política Nacional de Promoção de Igualdade e Equidade de Género e satisfazer os três eixos do plano estratégico nacional do Governo designado "Terra Ranka", nomeadamente: a promoção da reconciliação e diálogo nacional, a proteção dos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento participativo.¹³

Este relatório, elemento central do projeto, pretende apresentar novas perspetivas sobre a situação das mulheres na governação, visando para trazer à luz a complexidade e a abrangência do tema, e agir como complemento das análises prévias. Destina-se aos atores envolvidos e engajados em promover a participação das mulheres na governação na Guiné-Bissau, mas também a todos aqueles que desejam melhor compreender os desafios e as pistas de soluções ligadas à exclusão das mulheres na governação.

Uma abordagem participativa garante de apropriação

Neste quadro, realizou-se de abril a outubro de 2017 a primeira escuta livre na história da Guiné-Bissau sobre a temática da participação da mulher nas esferas de decisão política. Foram convidados representantes dos partidos políticos, das Organizações da Sociedade Civil (OSC), líderes tradicionais e religiosos, das Forças de Defesa e de Segurança, funcionários públicos e privados, e órgãos de comunicação social, a pronunciarem-se sobre os obstáculos e as oportunidades à participação das mulheres nas esferas de decisão política, a descreverem as potencialidades das mulheres e a proporem soluções consensuais quanto aos obstáculos identificados.

13 A Política Nacional para a Promoção de Igualdade e Equidade de Género foi aprovada pelo Conselho de Ministros, em 4 de novembro de 2017. A política (2016-2025) prevê o cumprimento de oito (8) eixos, a saber: Transversalização da dimensão da igualdade de género; Implementação legislativa e jurídica de modo a aperfeiçoar o quadro legal e jurídico do país com vista à realização da Igualdade e Equidade de Género e dos Direitos Humanos das mulheres; Políticas sectoriais sensíveis ao género; Promoção da mulher na administração pública; Empoderamento económico feminino; Combate à VBG - Prevenir e combater todas as formas de violência e tráfico contra as mulheres e raparigas; Participação feminina nas esferas de tomada de decisão; e Produção e divulgação de dados sobre Igualdade e Equidade do Género.

A metodologia adotada para alcançar os objetivos foi intensamente participativa. A Voz di Paz elege a inclusividade como garantia da não exclusão de nenhuma componente nacional, a fim de promover e assegurar a participação dos atores sociopolíticos chaves em todas as regiões, tomando em conta as especificidades regionais.

Esta abordagem participativa garante uma boa mobilização de recursos humanos qualificados como fonte de informações de qualidade e de soluções apropriadas; uma constante integração e interação entre os diferentes níveis de implicação e de responsabilidade, como uma forma de aprendizagem e de enriquecimento mútuo para as partes envolvidas na questão, e a possibilidade de chegar a um consenso sobre as problemáticas discutidas.

Auscultações nacionais

Durante três meses, a Voz di Paz auscultou a população em todo o território nacional para garantir a abrangência e a apropriação nacional, aspetos cruciais para o sucesso do projeto. Foram efetuados doze ateliers de auscultação em onze localidades das oito regiões da Guiné-Bissau, nomeadamente em Biombo, Canchungo, São-Domingos, Mansoa, Farim, Gabú, Bafatá, Catió, Buba, Bubaque e dois ateliers em Bissau.

A identificação dos participantes pela Voz di Paz seguiu uma lógica de representatividade e inclusividade, e foi apoiada pelos Espaços Regionais de Diálogo (ERD - ver quadro 0.1) e as rádios comunitárias que ajudaram na disseminação da informação aos participantes através dos rádios. Cada atelier de auscultação reuniu uma média 55 participantes, incluindo os membros dos ERD. No total, **591 pessoas participaram nos painéis, que foram compostos a 58 % por mulheres e a 26% por jovens de menos de 35 anos.** A composição dos painéis respeitou critérios como o conhecimento técnico da matéria, o conhecimento empírico da realidade, a representatividade territorial e social e o equilíbrio sociocultural (género, etnia, religião, idade). Mulheres de diferentes classes sociais, faixas etárias e vindas de diferentes ramos (policias, militares e paramilitares) e setores (social, política, económica, cultural) foram representadas.

Cada sessão de escuta respeitou uma estrutura com vista a responder a três questões de pesquisa sobre os obstáculos à participação da mulher na tomada de decisão política, as potencialidades das mulheres nesta esfera, e a busca de soluções e recomendações. As sessões foram facilitadas pela equipa da Voz di Paz, que tem uma experiência provada na facilitação de ateliers de expressão livre, onde os participantes são convidados a exprimirem-se espontaneamente.

Grupos de reflexão

Os resultados das auscultações nacionais foram apresentados a especialistas e pessoas-recurso reconhecidos pela sua implicação ou competência nas temáticas discutidas. Foram realizados cinco ateliers de reflexão com o propósito de refletir e enriquecer os resultados, e propor recomendações, sugestões e possíveis pistas de soluções. Os grupos de reflexão deram o cunho técnico e um enquadramento das opiniões da população auscultada.

Conferência nacional: validação e priorização dos resultados

Os resultados preliminares recolhidos nas auscultações nacionais e grupos de reflexão foram então apresentados a um grupo de 50 representantes guineenses durante uma Conferência Nacional que se realizou nos dias 10 e 11 de outubro de 2017. A Conferência teve por objetivo enriquecer e validar os resultados, e debater sobre pistas de soluções. Mais do que uma cerimónia de validação clássica, a Conferência Nacional constituiu uma etapa crucial de apropriação do projeto. A composição heterogénica dos participantes espelhou a diversidade geográfica, étnica, socioprofissional, religiosa, de sexo, etária e política da Guiné-Bissau, garante da representatividade e do respeito dos princípios de inclusividade e participação.

Durante a Conferência Nacional, através dum processo de votação democrático, foram escolhidas duas temáticas consideradas prioritárias, segundo o seu potencial catalisador de mudança, a sua viabilidade no contexto guineense, e tendo em conta as realidades locais e a situação política atual no país: a pressão social e as dinâmicas do jogo político.

Além das atividades de hierarquização e dos debates levados a cabo no quadro da Conferência, o maior resultado alcançado reside na conscientização dos participantes da sua responsabilidade individual na realização das mudanças necessárias.

Quadro 0.3 | Espaços Regionais de Diálogo da Voz di Paz

Os **Espaços Regionais de Diálogo** (ERD) são estruturas de consolidação da paz da Voz di Paz baseadas nas oito regiões da Guiné-Bissau. Utilizam ferramentas de diálogo inclusivo, trocas de experiências, convívio na diversidade, e coligação das forças positivas locais a favor de objetivos pacíficos. São os vetores dum melhor enraizamento da paz, tornando-a propriedade das populações na base. São os instrumentos de uma pedagogia da paz fundada na estimulação de uma consciência clara da necessária “pacificação” das relações sociais como antecâmara do desenvolvimento.

Os ERD são constituídos por grupos de voluntários criteriosamente selecionados em função da sua capacidade de ser agentes e catalisadores de dinâmicas locais de enraizamento da paz. Eles funcionam como estruturas flexíveis, gozam de uma larga capacidade de iniciativa, e trabalham em estreita colaboração com a Voz di Paz.

Mais informação sobre os Espaços Regionais de Diálogo da Voz di Paz encontra-se na bibliografia do relatório ou no link seguinte: <http://www.interpeace.org/resource/infra-estrutura-local-para-a-paz-na-guine-bissau-a-contribucao-dos-espacos-regionais-de-dialogo-para-a-construcao-da-paz/>

iii. Pesquisa e comunicação audiovisual

Em paralelo ao processo de auscultação, a Voz di Paz utilizou meios de pesquisa e comunicação audiovisual baseados no suporte das tecnologias da informação e comunicação (fotografias, som e imagem) com vista a documentar todo o processo de auscultação e estimular o diálogo. A exploração das imagens, fotografias e do som foi sujeita à aprovação dos participantes em cada sessão de escuta. Os dados coletados – as imagens e o som – foram em seguida utilizados pela Voz di Paz num esforço de divulgação e sensibilização em grande escala.

De fato, realizaram-se spots e emissões radiofónicas transmitidas à escala nacional através da Rádio Sol Mansi e da Rádio Jovem. Estas estações radiofónicas lançaram três spots três vezes ao dia, em forma de sinais horários, nos seus canais respetivos e difundiram emissões de quarenta e cinco minutos, duas vezes por semana, a partir do mês de junho de 2017. Tais emissões foram também retransmitidas por trinta e três rádios comunitárias espalhadas por todo o país, para uma maior divulgação na base da população.

Quadro 0.4 | Spots rádios para estimular uma mudança de mentalidade

Os spots radiofónicos alertaram para problemas sociopolíticos e estimularam a mudança de mentalidade. Eles retrataram as mensagens fortes sobre o papel, o valor e a importância da mulher na vida sociopolítica e religiosa, temas levantados nas auscultações, e apelaram à valorização e ao respeito da mulher, como se pode testemunhar nas citações seguintes:

“Eu não tenho problemas em dizer que o homem é a cabeça..., mas se o homem é a cabeça então, a mulher é o quê, eu pergunto? É porque a mulher é tudo. E se ela é tudo é porque é mais importante.”¹⁴

“A mulher tem valor... a mulher é ouro, é diamante. A mulher é quem dá à luz o ministro, dá à luz o presidente da república, dá à luz o régulo e dá à luz o imame. Ela consegue governar a casa do marido, mas por que é que não pode governar o país?”¹⁵

“O Profeta anunciou que Deus disse: respeitemos as mulheres. E o Sahabba, perguntou-lhe, porquê? Ele retorquiu: a minha mãe é mulher... e é por causa dela que se criou o mundo, que a morte foi criada... e existe a justiça e a paz. Devemos respeitar as mulheres. Ordenou o profeta, pois ele é o primeiro e o último.”¹⁶

¹⁴ Eusébio da Costa, Professor, auscultação em Canchungo, 31 de março de 2017.

¹⁵ Fatumata Bá / Mamé di Cooperante, Presidente de Mulheres Bafatá, auscultação em Bafatá, 29 de abril de 2017.

¹⁶ Aladje Bua Grassi, Presidente do Conselho fiscal dos Imames da Guiné-Bissau e membro do Espaço Regional de Diálogo, auscultação em Bafatá, 29 de abril de 2017.

A realização dum filme documentário completa a pesquisa e a divulgação do presente relatório. O filme reproduz fielmente a voz do povo auscultado e serve para testemunhar todo o processo de auscultação, fazer a restituição junto dos potenciais alvos, divulgar os resultados obtidos de forma a apoiar na mudança de mentalidade.

Ademais, a Voz di Paz também recorreu à realização de bandas desenhadas para uma maior divulgação dos resultados do projeto a nível nacional. A banda desenhada, uma mistura de imagens desenhadas e palavras escritas em Crioulo, narra de uma forma mais simples e clara a mensagem que se quer dirigir.

iv. Análise sistémica e estrutura do relatório

Para aprofundar a análise dos dados recolhidos nas auscultações, os investigadores da Voz di Paz usaram a abordagem do pensamento sistémico. A análise sistémica quer ir além duma lógica simplista de causa a efeito e linearidade, conforme os outros tipos de análise. Quer tornar mais explícita a complexidade das dinâmicas que estruturam um determinado fenómeno. Em vez de se concentrar unicamente sobre algumas causas profundas dum problema, pretende identificar as dinâmicas estruturantes que ligam todas as causas e consequências do problema entre elas.

Para tal, é necessário identificar os principais fatores que influenciam um fenómeno ("as causas e os efeitos" duma análise clássica) e, em seguida, identificar as interações e interdependências entre esses fatores. O aspeto central da análise sistémica reside na identificação de certos grupos de fatores que influenciam todo o sistema, formando assim as dinâmicas estruturantes dum fenómeno. Algumas dessas dinâmicas estruturantes serão apresentadas neste relatório.

Com base nessas análises, validadas pelas partes envolvidas no processo de pesquisa, foram identificadas cinco grandes temáticas para formar um diagnóstico completo sobre o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão. As temáticas foram reagrupadas em três dinâmicas estruturantes que formam os capítulos deste relatório, a saber (1º) a pressão social que pesa sobre as mulheres, (2º) as dinâmicas do jogo político, e (3º) as especificidades ligadas à fraca presença das mulheres nas Forças de Defesa e de Segurança (FDS).

O vídeo que acompanha este relatório

A documentação audiovisual para estimular o diálogo e o debate de ideias

Durante a fase de auscultação, a equipa audiovisual da Voz di Paz captou as impressões e as opiniões da população guineense através da documentação audiovisual. Foram produzidos dois vídeos no quadro do presente relatório, destinados a várias audiências.

A realização dum filme documentário em Crioulo reproduz fielmente a voz do povo e apresenta de maneira abrangente o processo de auscultação. O filme documentário, validado pelos membros da Conferência Nacional organizada pela Voz di Paz e Interpeace em outubro de 2017, é destinado à população guineense, visando estimular o diálogo e o debate de ideias.



Um pequeno vídeo, produzido com base na versão em longa metragem do filme documentário, resume de maneira concisa as mensagens chaves do relatório. É destinado a uma audiência mais ampla, disponível na internet no seguinte endereço, em várias línguas:

<https://vimeo.com/interpeace/fala-di-mindjer>



Restituição das auscultações durante a Conferência Nacional da Voz di Paz e Interpeace, Bissau, 10 de outubro de 2017. Copyright Interpeace.

CAPÍTULO I: DEBAIXO DA PRESSÃO SOCIAL, A MULHER PARTICIPA DIFICILMENTE NA TOMADA DE DECISÃO

Capítulo I: Debaixo da pressão social, a mulher participa dificilmente na tomada de decisão



Auscultação dum grupo representativo da região de Gabú, em Gabú, 28 de abril de 2017.
Copyright Voz di Paz.

A Guiné-Bissau observa uma fraca participação das mulheres na vida política, sobretudo na esfera de decisão política. A mulher guineense, apesar da sua participação significativa na construção do Estado guineense (empenho na luta de libertação nacional), tem uma fraca presença e representação nas instituições nacionais e nos lugares de tomada de decisão política. Este fracasso estrutural tem a sua origem no modo de funcionamento das instituições tradicionais, nas práticas sociais e nos estereótipos que dominam a sociedade.

Na verdade, a participação política da mulher guineense é limitada e condicionada por fatores

ligados à cultura e tradição por via dos valores inculcados na educação desde a tenra idade. A ideologia tradicional e costumeira guineense forjou uma construção cultural de relação de poder entre o homem e a mulher e atribuiu a cada um, um determinado papel na sociedade. Nesta construção ideológica influenciada pelos estereótipos de género, a mulher guineense é definida como dona de casa, mãe e esposa, independentemente das suas conquistas, potencialidades e experiências pessoais. Esta imagem e atributos acompanham-na em diferentes lugares e posições sociais.

Quadro 1.1 | As etnias, determinantes na perceção e lugar das mulheres em sociedade

Além da pressão imposta às mulheres pela sociedade, observam-se diferenças segundo as normas culturais étnicas e práticas tradicionais e religiosas a que pertencem. Estas variações impõem-nos um olhar atento e diferenciado na maneira de compreender as dinâmicas relativas ao lugar da mulher em sociedade e formular soluções concretas e adaptadas.

As auscultações revelaram a existência de variações étnicas relativas a assuntos concretos que determinam, de maneira direta ou indireta, a participação das mulheres na tomada de decisão, a saber o casamento, a escolarização das meninas, ou ainda os ritos e tradições ancestrais.

O *casamento*, nas suas diferentes variantes (arranjado, forçado ou de livre escolha) é um empecilho transversal a todas as categorias sociais, regionais (urbanas e rurais) e religiosas, cuja perceção e peso igualmente variam. Salvo a etnia Bijagó, em que a tradição permite à mulher escolher o marido, todas as outras etnias guineenses têm uma visão conservadora do casamento. Na região de Oio, os grupos étnicos que professam o Islão (Mandingas, Oincas, Mansoncas ...) estão particularmente vinculados à ideia

de que a *escolarização* das meninas possa levá-las a não aceitarem casamentos arranjados, justificando assim que elas fiquem sem ir à escola.

A nível das *tradições e ritos étnicos*, observa-se, mais uma vez, que a etnia Bijagó atribui um lugar particular às mulheres. Elas têm o poder de decisão mais elevado na comunidade e discutem todas as regras sociais que determinam o modo de vida na sociedade bijagó. Isso é devido a um sistema matriarcal, onde a mulher é a figura que comunica diretamente com os espíritos, consequentemente dirigindo todos os ritos e cerimónias tradicionais. Elas são temidas pelos homens, que têm um grande respeito por elas.

Nas etnias manjacas e pepéis, situadas nas regiões de Biombo e Cacheu, o lugar da mulher e toda a regulação social são definidos nas matas sagradas, pelos homens. Isso cria problemas de *Mandjidura*, isto é, evocar maldições através de pedido aos deuses para fazer mal à pessoa que não aceita obedecer as regras sociais impostas pelos homens, e que ninguém ousa desafiar. Pois, os outros grupos étnicos tais como os Balantas, Mancanhas, Felupes, Baiotes e Cassangas, embora sendo animistas, até certa medida são mais tolerantes no que refere ao não respeito das regras tradicionais.

1.1. A responsabilização da mulher no domínio privado limita o seu desenvolvimento pessoal e profissional

A sociedade guineense construiu uma ideologia sob influência de usos e costumes das etnias locais, com alguma reserva à etnia Bijagós (ver quadro) em que a participação social da mulher se resume ao domínio social privado (casa), deixando os aspetos públicos e políticos ao homem. A responsabilidade da mulher em casa e no seio familiar é mais importante do que qualquer outra tarefa que ela pode vir a desempenhar na sociedade. A responsabilização da mulher ao domínio social privado limita a sua participação política, um domínio público reservado ao homem – chefe de família e responsável pelo aprovisionamento do lar.

1.1.1. Ser dona de casa deixa pouco tempo para fazer política

A divisão de tarefas e papéis entre homens e mulheres é explicitamente distinta e obedece aos ditames da sociedade. Os homens ocupam funções

mais ou menos profissionalizantes e remuneratórias no domínio público enquanto as mulheres, as de cuidado e não remuneratórias no domínio privado.

A mulher é encarregue exclusivamente da realização de trabalhos domésticos, não obstante a sua participação noutras atividades sociais ou profissionais. Assim, uma mulher com ocupação profissional ou política é obrigada a conciliar a sua atividade e os seus deveres domésticos. As consequências deste hábito é a sobrecarga de um dos membros da família que, após uma jornada de trabalho fora de casa, se encontra a realizar outras tarefas, enquanto o homem goza de repouso e lazer, como mencionado em Quinhamél:

*“A minha mãe, quando saía da bolanha com o meu pai, ocupava-se de todas as tarefas em casa (limpar a casa, lavar os pratos, cozinhar e cuidar das crianças) enquanto ele descansava.”*¹⁷

A mulher, ocupada nas suas funções e debaixo a pressão social, sente-se cansada e desencorajada para se afastar da sua zona de conforto que é a casa para acumular mais funções, dedicando mais tempo às atividades partidárias e política.

17 Frei Carlos Tamba, Coordenador das Escolas da Diocese de Bissau e Diretor da Escola Católica de Cumúra, auscultação em Quinhamél, 30 de março de 2017

1.1.2. Em casa, as meninas são criadas para ser obedientes

Desde a tenra idade, a família, instituição primeira do indivíduo, educa as crianças dentro de um padrão social que espelha o “interesse” atribuído a cada um dos sexos no seio da família e na comunidade. Assim, aos rapazes são inculcados o sentido de liderança e coragem para enfrentar e superar as adversidades enquanto às raparigas é valorizado o sentido de obediência, submissão e zelo. Esta prática não favorece às meninas e mulheres o desenvolvimento da autoestima, uma vez que lhes são inculcadas a submissão aos homens. A expressão comumente utilizada desta prática é: *“homem não chora; mulher é sofredora”*.

A divisão das tarefas e papéis atribuídos a cada sexo, no seio da família, são explicitamente distintos. Os trabalhos domésticos (pouco valorizados) são reservados às meninas, enquanto os meninos são encorajados a absterem-se. Esta ocupação rouba muito tempo às meninas que vêm diminutas as suas disponibilidades para estudo, associativismo e lazer. Estas atitudes discriminatórias favorecem a construção da autoestima dos rapazes em detrimento da autoestima das raparigas, como explicado por esta mãe:

*“As mulheres são educadas para terem alguém para tomar conta delas. E em casa, na ausência do pai, mesmo um menino sente-se chefe de família em detrimento da mãe ou irmã mais velha.”*¹⁸

1.2. A escola não oferece um quadro alternativo para reforçar o desenvolvimento da autoestima e confiança das meninas

A escola, um lugar de socialização público que podia servir de instrumento para corrigir a discriminação, revela, até então, a extensão da prática familiar

através das tarefas que ocupa cada sexo na sala de aula ou nas cantinas escolares - a partilha de responsabilização nas turmas reflete o modelo caseiro: *“meninas são chefes de higiene e meninos responsáveis de turma”*, como ilustrado nas seguintes declarações:

*“Eu sou diretora da escola, mas após as refeições na cantina eu é que organizo as meninas para lavarmos a loiça enquanto os professores e alunos ficam a observar até o dia em que disse: “basta” e passámos a partilhar essa tarefa”*¹⁹

Também, nos manuais escolares verificam-se estas atribuições do género onde as mulheres são ilustradas a desempenhar lidas domésticas e os homens nos gabinetes e com utensílios de trabalhos profissionalizantes.

1.2.1. A escola não é uma prioridade para as raparigas

As práticas discriminatórias entre género no domínio escolar não favorecem o florescimento das meninas e o seu desenvolvimento académico. Poucas meninas são encorajadas a concorrerem para postos de responsáveis de turma e muitas delas com potencial não são reconhecidas pelos pais, que desempenham um papel chave no apoio à criança e no seu desenvolvimento escolar. Por exemplo, na sessão de auscultação em Mansoa, os participantes concordaram com a intervenção de Paulo Bodjam que citou uma menina considerada exemplar e muito inteligente que apesar da intervenção da escola e muitos elementos da comunidade por acreditaram no potencial da jovem, os pais decidiram interromper seus estudos para a casar.

*“O menino é ensinado a ser líder, a mandar enquanto a menina é educada a ser submissa, a aceitar e a acatar.”*²⁰

Apesar duma ligeira melhoria mencionada por alguns participantes nas sessões de auscultação em Gabú e Catió, que realçaram que há escolas onde uma

18 Mariato Mané, Membro de REMPSECAO-GB, auscultação em Bissau, 20 de maio de 2017.

19 Beatriz dos Santos, Membro da AMAE, auscultação em Catió, 5 de maio de 2017.

20 Infali Sani, Professor, auscultação em São Domingos, 1 de abril de 2017.

camada minoritária de meninas concorrem cada vez mais para postos de responsáveis de turma e alguns pais partilham as responsabilidades domésticas entre rapazes e raparigas, a grande maioria das famílias guineenses ainda considera que a escolarização das jovens raparigas não é tida como primordial comparada à dos rapazes.²¹

Também foi descrito que uma família com recurso económico e financeiro limitado prefere investir na escolarização do rapaz, sacrificando a rapariga que se acredita “não pertencer à família” porque um dia irá casar e deixar o lar para ocupar de outra família. Sendo assim, não contribui para o aumento da riqueza (bem material ou humano) da sua família. Neste sentido também, se explica a razão pela qual uma mulher é deserdada na casa dos pais, e herdada (como um bem) no caso em que falece o marido.

Estes exemplos realçam o papel dos educadores (pais e professores) para romperem as barreiras tradicionais e acordarem o mesmo grau de importância a ambos os sexos no acesso à formação, distribuição igualitária dos deveres em casa e na promoção da participação e autoafirmação das raparigas nos diferentes lugares na comunidade.

1.2.2. A menina, tida como responsável face à gravidez precoce, é forçada a abandonar qualquer oportunidade de desenvolvimento pessoal ou profissional

Outro aspeto denunciado pelos participantes nas auscultações é a maternidade precoce, considerada uma desonra para a família, pois exerce uma influência negativa na instrução e formação das raparigas. Assim, os pais, para preservarem a honra da família, interrompem a formação das suas filhas para dá-las em casamento, mesmo que gostassem de

a ver formada.

Durante as auscultações, muitos pais tentaram explicar esta atitude por não conseguirem vislumbrar uma alternativa melhor para as suas filhas, reforçando que elas ficam grávidas sem que o rapaz que a engravidou assuma os seus atos e posteriormente contribua para o sustento e educação da criança que vai nascer. Então, uma família com receio de passar pela situação semelhante, prima para o casamento.

“Eu tenho medo de ver a minha filha grávida, por isso mesmo com dez anos, se ela conseguir um homem, eu dou-lho em casamento.”²²

Do mesmo modo, os auscultados denunciaram a prática injusta e discriminatória contra as meninas que sozinhas sofrem as consequências da gravidez, como bem ilustram as declarações desta participante:

“É verdade que as mulheres ficam grávidas, porque elas é que carregam a barriga, mas se os homens ficassem grávidos, muitos meninos estariam grávidas nas casas dos pais porque as meninas não ficam grávidas sem os homens.”²³

Esta situação cria condições desfavoráveis à emancipação das meninas que se sentem pouco capacitadas e qualificadas para enfrentar os desafios da vida política e social, como falar em público, tecer discursos e argumentos convincentes numa reunião ou num encontro.

A formação das raparigas depende muito da importância que a família atribui ou não ao casamento, em detrimento da formação e emancipação da mulher. Quanto maior for a identificação da família com o idealismo social dominante, “mulher é em casa” menor será a probabilidade da escolarização da rapariga e prosseguimento da formação avançada. Isto porque

21 A taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos e mais é de 38% para as mulheres e 66,3% para os homens, com uma diferença notável entre a capital Bissau (69,8% de mulheres e 89,8% de homens alfabetizados), e as outras regiões (26,2% de mulheres e 56,7% de homens alfabetizados). Fonte: República da Guiné-Bissau, Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional, *Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza*, Instituto Nacional da Estatística, 2011.

22 Aladje Lassana Baio, Chefe de Tabanca, auscultação em Farim, 8 de abril de 2017.

23 Cida Na Tcharé, Locutora na Radio Djalicunda e Animadora na Federação Kafo, Membro do Espaço Regional de Diálogo, auscultação em Farim, 8 de abril de 2017.

se acredita que, quanto maior for o nível de instrução da rapariga, maior é a probabilidade de recusar o casamento arranjado pela família e menor será a sua submissão no casamento.

1.3. A importância atribuída ao casamento para a mulher é um bastião à participação da mulher na vida política

As práticas discriminatórias que pesam sobre as mulheres e as constroem a um papel doméstico têm fundamentalmente a ver com a importância atribuída ao casamento na sociedade guineense, sobretudo para a mulher. Ao longo da sua vida, a mulher guineense é educada e preparada para o casamento, fazendo disso o seu objetivo primário. Para um bom cumprimento dessa função, ela muito cedo é ensinada a ser submissa e acreditar que precisa de alguém para tomar conta dela, como referiu um participante na sessão de auscultação de Mansoa:

“As mulheres são educadas para verem no casamento uma saída para um futuro desejado, por isso as mães quando agradecem às filhas dizem: “Queira Deus que consigas um bom marido.”²⁴

O casamento confere um certo estatuto à mulher e é tido como uma honra para a família. Por isso, o divórcio não é aceite ou é evitado no máximo, mesmo à custa de muitos sacrifícios para a mulher.

1.3.1. A supremacia do homem é necessária para o bom funcionamento do casamento

O homem é considerado marido, provedor do lar e é educado para ser líder e chefe de família. Ele detém o poder de decidir sobre os compromissos

que a esposa pode assumir ou não, sob ameaça de destituir o casamento que é algo muito importante para a mulher. E com este poder de decisão, muitos condicionam a participação de suas esposas como forma de assegurar a sua submissão e conservar a supremacia masculina no lar. Assim, se uma mulher se engaja numa atividade política, deve, antes de tudo advir após o respeito das normas tradicionais de casamento e o consentimento do seu marido, sob pena de ser obrigada a escolher entre a atividade política e o casamento.

“Comumente costumamos ouvir que uma mulher pode ser influente e ter formação, mas ela tem que saber cozinhar porque um dia o marido vai querer comer o que ela cozinhar.”²⁵

Ela, sentindo o peso de ser valorizada dentro do casamento e da importância que o mesmo adquire na sua vida, vê a necessidade de aceitar a superioridade do homem para o bom funcionamento do casamento.

1.3.2. O medo da perda do casamento cria conformismo

Devido ao valor atribuído ao casamento e a honra que representa para a mulher, todos os obstáculos que virão perturbá-lo ameaçam desonrá-la e à sua família, que investem no casamento da filha e se esforçam para o manter.

O medo de divórcio – exprimido como um estado não desejável para a mulher nas auscultações – condiciona a sua participação política. A mulher é formada para dar muita importância ao casamento e ver o divórcio como uma falha ou perda. Presa a essa conceção, ela dispõe-se à muitos sacrifícios e concessões para manter o casamento.

“A mulher vende as suas roupas, suas joias para ajudar o marido a criar quintas, e construir casas. Mas depois, o marido procura outra pessoa, estranha e distante, que vem apropriar-

24 Abna Embana, Ativista Político, Diretora da Escola em Bissorã e Membro de Espaço Regional de Diálogo, auscultação em Mansoa, 7 de abril de 2017.

25 Aua Queta, Responsável pela Questão do Género na Associação da Promoção do Desenvolvimento Local, APRODEL, auscultação em Bafatá, 29 de abril de 2017.

se daquilo tudo. Ou quando o marido vir a falecer, ela é retirada da casa, da quinta, etc. por familiares ou parentes do marido.”²⁶

Com medo do divórcio, a mulher geralmente não assume nenhuma responsabilidade ou atividade política que pode por em risco o seu casamento. Assim, quanto maior for a demonstração de medo do divórcio, maior é a aceitação da importância da superioridade masculina para o bom funcionamento do lar e menor o risco de falhanço do casamento. Tudo isso leva a um maior condicionamento da sua participação política à vontade do marido e vice-versa, como ilustrado em Canchungo:

“Às mulheres, não lhe importa o grau de escolaridade, todas lutam para agradar o marido e aceitam ser submissas porque têm medo do divórcio.”²⁷

1.4. A mulher guineense idealizada: um trampolim ou uma armadilha à sua participação política?

A idealização construída à volta da figura da mulher guineense realça o papel que a sociedade lhe atribui, em que precisa demonstrar as qualidades que uma mulher possui na família e na comunidade. No entanto, sabemos que a mulher é valorizada na sua sociedade por ter cumprido os preceitos da mesma e inclusive o casamento, já que toda a preparação da menina é para no futuro ser uma esposa e mãe exemplar.

1.4.1. A mulher encarna uma figura ideal recompensadora e valorizada na sociedade

A mulher guineense, de acordo com as escutas realizadas, é associada a uma figura moral de referência baseada na integridade de carácter

e outras características subjetivas valorizadas pela sociedade. A sociedade guineense concebeu uma figura ideal para a mulher, dando-lhe certas qualidades consideradas inerentes à sua condição feminina e uma mais-valia para o seu desempenho em qualquer atividade social. Contudo, esta imagem é mais uma expressão de convencionalismo social do papel atribuído à mulher na sociedade guineense. Esta idealização da figura da mulher podia servir de trampolim para a sua ascensão, mas revela ser uma armadilha à sua emancipação e participação na vida política.

As qualidades atribuídas à mulher são numerosas e podem ser consideradas *intrínsecas* à pessoa e associadas a adjetivos como trabalhadora, gestora, persistente, honesta, inteligente, amável, cuidadosa, organizada. Também existem qualidades *exteriores*, que resultam da sua interação social e associadas a adjetivos como reconciliadora, influente, conselheira, ambiciosa (mulher ambiciosa ver o marido e filhos a serem melhores), altruísta, responsável, sofredora, educadora.

“Se você educa uma mulher, educa a sociedade.”²⁸

Estas qualidades atribuídas à mulher, muito mais do que características inerentes a ela (nem todas as mulheres reúnem o conjunto dessas qualidades), são um misto de expectativas que foram concebidas sob influência cultural e tradicional pensando a mulher dentro da sua função habitual de dona de casa, mãe e boa esposa (obediente e submissa).

1.4.2. A figura da mulher ideal reforça o seu lugar doméstico afastado da vida política

Numa lógica de perpetuação das práticas sociais existentes, a mulher, de uma maneira geral, sob influência da sociedade, utiliza as suas potencialidades para a promoção do homem e é também nisso que são valorizadas as suas

qualidades. As qualidades atribuídas à mulher no domínio da reconciliação (*a mulher é pacífica e sentimental*) raras vezes são dissociadas daquela que à custa de sacrifícios pessoais é encorajada a abandonar a competição ou deixar o cargo em proveito do homem, para quem é muito importante o sentido de conquista e ganho.

Estas qualidades, testadas fora da esfera privada (casa), podem revelar uma cilada para a afirmação da mulher na vida pública. Na sua maioria, essas qualidades conduzem a mulher a renunciar às oportunidades que se apresentam na esfera política, nomeadamente quando existe disputa ou competição para um posto de trabalho. Nesse caso, a mulher

tem tendência a levar em conta as expectativas e exigências da sociedade antes de aceitar assumir um posto de responsabilidade, ou declinar quando analisa as cobranças que pode vir a encarar:

“Muitas das vezes quando se dão oportunidades às mulheres, elas não aceitam assumi-las, mas dizem: ponham o meu marido.”²⁹

O ideal concebido à volta da figura da mulher, considerada também guardiã de valores sociais e responsável primeira pela transmissão dos valores através da educação das crianças, vem reforçar os obstáculos que enfrenta na transmutação do seu campo de ação de privado para o público.

²⁹ Adulai Baldé, Professor e Membro de Espaço Regional de Diálogo, auscultação em Gabú, 28 de abril de 2017.

Quadro 1.2 | A imagem da mulher como altruísta

As auscultações revelaram a existência de um mito à volta da mulher guineense – um ser idealizado que espelha valores positivos promovidos na sociedade. As características e o comportamento atribuído a esta figura feminina ideal refletem a presença de preconceitos e estereótipos fortes que dominam a sociedade e a cultura do país. Esta constatação é o reflexo de uma evolução social, influenciada pelos ditames da sociedade patriarcal e tradicional guineense, que criou uma figura feminina de referência inacessível, mas que uma larga maioria das mulheres aspiram ser.

Esta figura ideal foi descrita através de vários adjetivos associados aos valores que atestam da sua **bondade**, **dedicação**, capacidade de **gestão** (do lar e dos bens da família), da sua natureza **pacífica** e da sua **ambição**.

Além das propriedades específicas de cada uma das qualidades pré-citadas, observa-se uma característica principal subjacente que demonstra a própria essência da figura feminina ideal: o seu **caráter altruísta**. Assim, compreende-se que a mulher é *boa*, *ambiciosa* ou *pacificadora* para os outros, seja o marido, os filhos ou a família, e não para consigo mesma. Ela nunca será *boa*, *ambiciosa* ou *pacificadora* para os seus próprios benefícios. No caso contrário, se uma mulher mostrar ambição na sua própria vida, como no caso duma ascensão profissional, será vista como egoísta e perderá a essência da “mulher mãe”.

Esta característica altruísta é central para a compreensão da temática da participação da mulher nas esferas de tomada de decisão política, porque demonstra que qualquer ato ou tentativa de se desviar do padrão social dominante, ou seja do ideal feminino idealizado, será interpretado como uma ameaça para a sociedade.

²⁶ Justino Aliu Canté, Membro da Sociedade Civil, Guiledje, auscultação em Catió, 5 de maio de 2017.

²⁷ Simão Hugaior, Professor, auscultação em Canchungo, 31 de março de 2017.

²⁸ Dam Ialá, Segunda Secretária da Assembleia Nacional Popular, auscultação em Bissau, 20 de maio de 2017.

1.5. As altas expectativas sociais pressionam a mulher ao abandono da carreira política

1.5.1. Existem injustiças e uma falta de objetividade nas exigências feitas às mulheres

A mulher enfrenta muitas exigências para provar que é merecedora de uma determinada posição ou promoção, condição que muitas vezes não se aplica ao homem. A mulher com o mesmo nível e função precisa demonstrar um desempenho superior ao homem para ser reconhecida. Além do mais, as exigências provam ser maiores para as mulheres do que para os homens, e observa-se que para certos cargos ou determinadas funções, o perfil exigido não será o mesmo, incluindo para postos cimeiros de tomada de decisão.

Esse argumento foi ilustrado nas auscultações, onde se discutiu o critério académico para obtenção de postos ministeriais no governo da Guiné-Bissau. Embora as pessoas tenham reforçado a fraca taxa de escolarização das mulheres como obstáculo à sua participação na esfera política³⁰, muitos participantes auscultados constataram que existem ministros e homens políticos sem educação académica ocupando altos cargos políticos:

“Existem muitos homens que nem se sequer conhecem uma letra, mesmo que seja de tamanho de uma casa. Mas eles podem governar.”³¹

“Existem homens analfabetos no parlamento. Ministros analfabetos, mas eles são ministros! Homens sem grande nível de escolaridade, mas assumem altos cargos. Mas se for com uma mulher dizem logo: ah, ela não tem alto nível

de escolaridade, ela não pode governar. Mas no dia em que a mulher assumir o poder neste país... ah...muitos homens irão esconder-se nas matas.”³²

Assim, observa-se que o critério académico não constitui uma justificação válida para explicar a participação limitada das mulheres nos postos de tomada de decisão cimeiros.

Esta desigualdade de tratamento foi explicada por fatores ligados às expectativas sociais criadas à volta da mulher. A mulher guineense, tal como descrito nas auscultações, incarna uma figura de decência e altruísmo, e é posta num pedestal como modelo de sucesso. Apesar do carácter inacessível da mulher idealizada, todas as mulheres se referem a esse padrão e aspiram atingi-lo. A constelação de qualidades que lhe são atribuídas faz com que a sociedade tenha maiores expectativas para as mulheres do que para os homens.

1.5.2. As altas exigências sociais favorecem o conformismo da mulher

Na opinião dos intervenientes, o peso das exigências tem consequências graves, no sentido em que provoca na mulher um sentimento de não ser qualificada e de medo de falha, que ocasiona a sua autoexclusão. O medo de enfrentar as exigências leva muitas mulheres a recusar assumir um cargo de responsabilidade institucional onde podem deter poder de decisão, mesmo sabendo que o mesmo já foi ocupado por homens menos qualificados.

Quanto maior for a exigência, maior é a probabilidade de que as mulheres não aceitem assumir os postos, levantando dúvidas sobre a sua capacidade, ao mesmo que desenvolve o sentimento de não ser qualificada. O peso das exigências cria uma certa inércia ou conformismo na mulher que

se contenta com a garantia de um emprego estável, em vez de lutar e ambicionar por postos com maior influência a nível das estruturas do Estado.

Além disso, a mulher preocupa-se com a preservação da sua vida familiar e manter a honra da mesma, por isso é muito mais sensível a invasão da sua vida privada do que homem. E o facto de a atividade política não poupar nenhum aspeto da vida da pessoa, sobretudo das que estão nos lugares importantes de decisão cria mais reticência na mulher em assumir funções que as podem expor.

“A vergonha da mulher não se restringe só a ela, propaga-se à toda a sua família (marido e filhos) e à sua comunidade.”³³

“A mulher não aceita entrar em certas situações de qualquer forma, pois ela é mãe e envergonha-se depressa.”³⁴

1.5.3. O peso de estigmas e preconceitos desencorajam a mulher na política

As auscultações revelaram que as poucas mulheres políticas que conseguiram atingir postos de tomada de decisão não são valorizadas e vistas como modelo de sucesso. Ao contrário, quando a mulher opta por enfrentar as dificuldades e as exigências para continuar a sua ascensão política, o peso dos estigmas e preconceitos acaba por atingi-la.

Os elementos apontados para essa crítica são raramente ligados às capacidades intelectuais ou técnicas das mulheres. São frutos de comentários subjetivos sobre a situação pessoal da mulher, como o fato de ser solteira ou concubina, ou sobre a sua vida privada. Para ser aceite e considerada merecedora de uma posição, a mulher não só precisa reunir critérios de competência e responsabilidade,

mas tem que ter um comportamento exemplar como é esperado dela segundo os padrões da mulher ideal.

“Os homens menosprezam as capacidades femininas, mesmo aquando das promoções. Mesmo dentro das suas organizações as mulheres não ocupam altos cargos; convidam-se os homens para ocuparem esses cargos.”³⁵

Observa-se assim que a mulher política, além das suas qualificações, será sempre vista como mulher e associada aos estereótipos de género e à figura ideal da mulher guineense criados pela sociedade tradicional. A mulher política incarna uma dupla contradição com o modelo prevalecente. Por um lado, não desempenha o papel que é esperado dela como cuidadora do lar, e por outro, entra num domínio geralmente reservado ao homem, criando assim desconforto de a ver atuar no campo político. A experiência da candidatura da primeira mulher ao cargo de Presidente da República da Guiné-Bissau, desde as primeiras eleições democráticas em 1994, onde ela foi difamada publicamente, é um exemplo frequentemente mencionado nas auscultações para ilustrar o escopo da subjetividade ligada às exigências feitas às mulheres.

Mesmo as mulheres que conseguiram uma certa ascensão na política denunciam essas práticas de difamação, injúria e calúnia:

“Há uma má-fé das pessoas que alçunham todas as mulheres que estão na política de serem bandidas e de não conseguir ascender por mérito.”³⁶

Muitas também mencionam que as altas exigências e injustiças criam frustrações, desencorajando-as a prosseguir com as suas carreiras.

“Cansei-me, as pessoas com quem trabalho e a minha família dizem-me que preciso pensar mais nos meus filhos.”³⁷

30 A taxa líquida de escolarização primária é de 49,8% para as mulheres e 51,2% para os homens, segundo as últimas estatísticas disponíveis (2009). Fonte: “Estatísticas Básicas da Guiné-Bissau 2014”, Instituto Nacional da Estatística (INE), Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional, República da Guiné-Bissau, 2014.

31 Justino Aliu Canté, Membro da Sociedade Civil, auscultação em Catió, 5 de maio de 2017.

32 Paula Pereira, Professora, auscultação em São Domingos, 1 de abril de 2017.

33 Quintino Manga, Poder tradicional, Regulo de Caió e membro de Espaço Regional de Diálogo, auscultação em Canchungo, 31 de março de 2017.

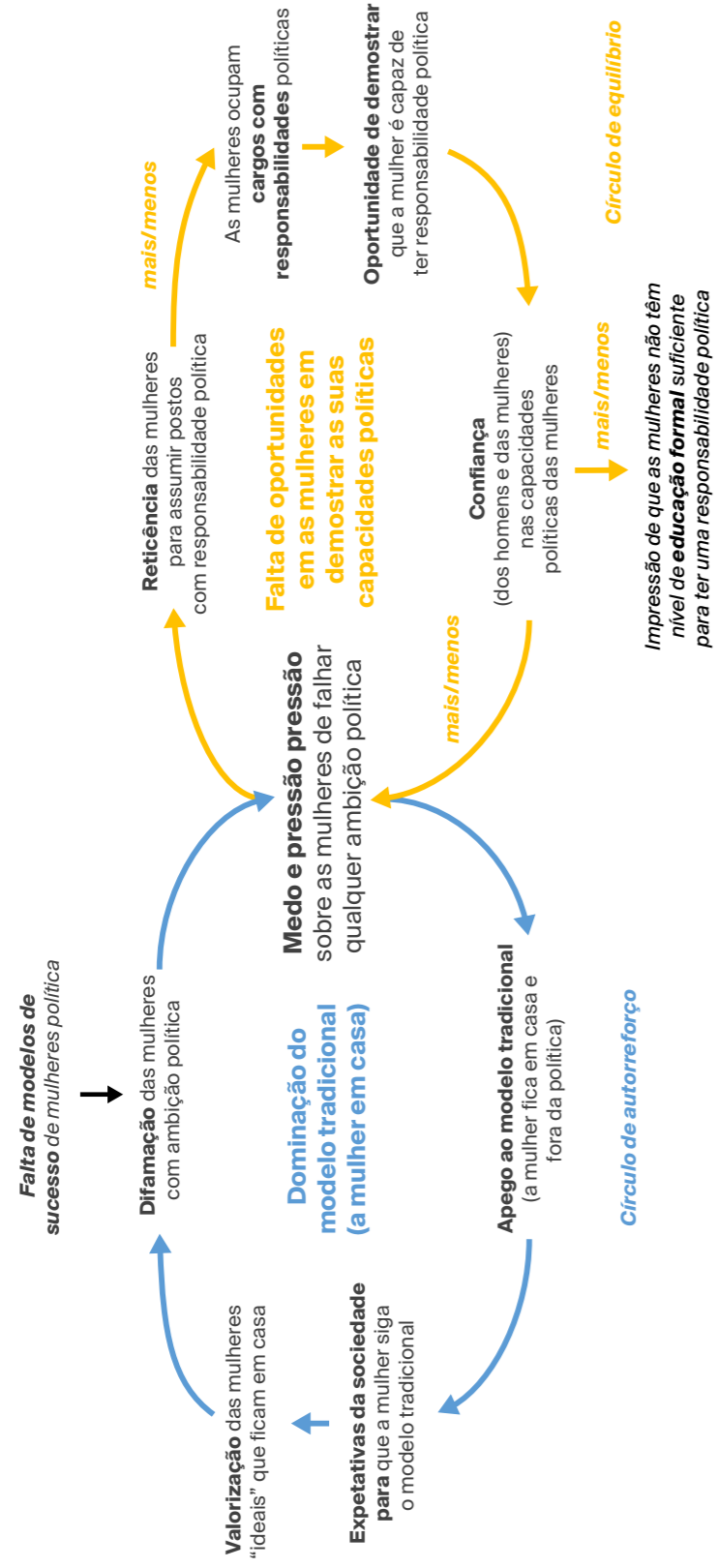
34 Ana Maria Duarte, Animadora, auscultação em São Domingos, 1 de abril de 2017.

35 Sana Cassamá, Professor e Membro do Espaço Regional de Diálogo, auscultação em Buba, 6 de maio de 2017.

36 Munira Jauad, Líder da Rede de Mulheres Empreendedoras e Empresárias da Guiné-Bissau e UEMOA, auscultação em Bissau, 20 de maio de 2017.

37 Carmelita Pires, Consultora Jurídica, auscultação em Bissau, 20 de maio de 2017.

Círculo sistémico A: Dinâmicas socioculturais que limitam as ambições políticas das mulheres – ler as instruções de leitura no quadro abaixo



Instruções de leitura da análise sistémica:

- Sugerimos começar a leitura da análise sistémica pelo o fator escrito em letras grandes, como ponto de início do círculo.
 - Cada fator tem que ser lido começando pela palavra "maís" ou "menos".
 - Cada flecha intensifica a palavra "maís" ou "menos".
- Por exemplo: Quanto **maior** for "o medo e a pressão sobre as mulheres de falhar qualquer ambição política", **maior** será "o apego ao modelo tradicional (a mulher fica em casa e fora da política)"
- A leitura do círculo continua com a mesma lógica.
 - Quando uma flecha está acompanhada de "maís/menos", isso significa que a relação entre o primeiro e o segundo fator muda.
- Por exemplo: Quanto **maior** for a reticência das mulheres para assumir postos com responsabilidade política", **menor** será "o número de mulheres a ocupar cargos com responsabilidades políticas"
- A leitura do círculo continua com a mesma lógica, ou seja, a mesma relação proporcional (maís => maís, menos => menos), até indicação contrária.

Nota: Os fatores em letras itálicas são fatores externos que influenciam o fator apontado.

Para maís detalhes sobre a leitura da análise sistémica, refira-se ao Anexo I.

1.6. A fraca solidariedade entre as mulheres põe a mulher na vanguarda da sua própria exclusão no domínio político

As auscultações revelaram que as várias barreiras socioculturais que impedem a ascensão política da mulher nas esferas de tomada de decisão também são criadas pelas próprias mulheres. Mesmo sendo as que sofrem desse mal, elas participam de forma ativa na sua autoexclusão, desempenhando um papel importante na reprodução dessa crença e comportamento na sociedade, primeiramente ao nível do núcleo familiar com a instrução das crianças, em segundo lugar, no seu ambiente profissional, bem como na política.

1.6.1. Os comportamentos negativos entre as mulheres reforçam a sua exclusão e autoexclusão

A fraca solidariedade entre as mulheres foi descrita pelos auscultados como recorrente em todos lugares e de forma sistemática e transversal. Este comportamento é resultante de um sentimento de inferioridade das mulheres, que se sentem frustradas com aquela que conseguiu transgredir os limites sociais e ir mais além do papel social atribuído à mulher. Esta frustração traduz-se muitas vezes em sentimentos de inveja e crítica, julgando que porque não conseguiu aceder ao lugar da mulher que conseguiu, então ela não merece o apoio das outras mulheres.

Consequentemente, uma mulher que sucedeu na vida política torna-se objeto de difamação, injúria e calúnia pelas outras que, ao agir desta forma, acreditam estar a defender a imagem idealizada da mulher, que não pode permitir que a sua ambição política se sobreponha aos seus deveres de mulher mãe, esposa e dona de casa. Há quem julgue mesmo que mulher não é dada para dirigir.

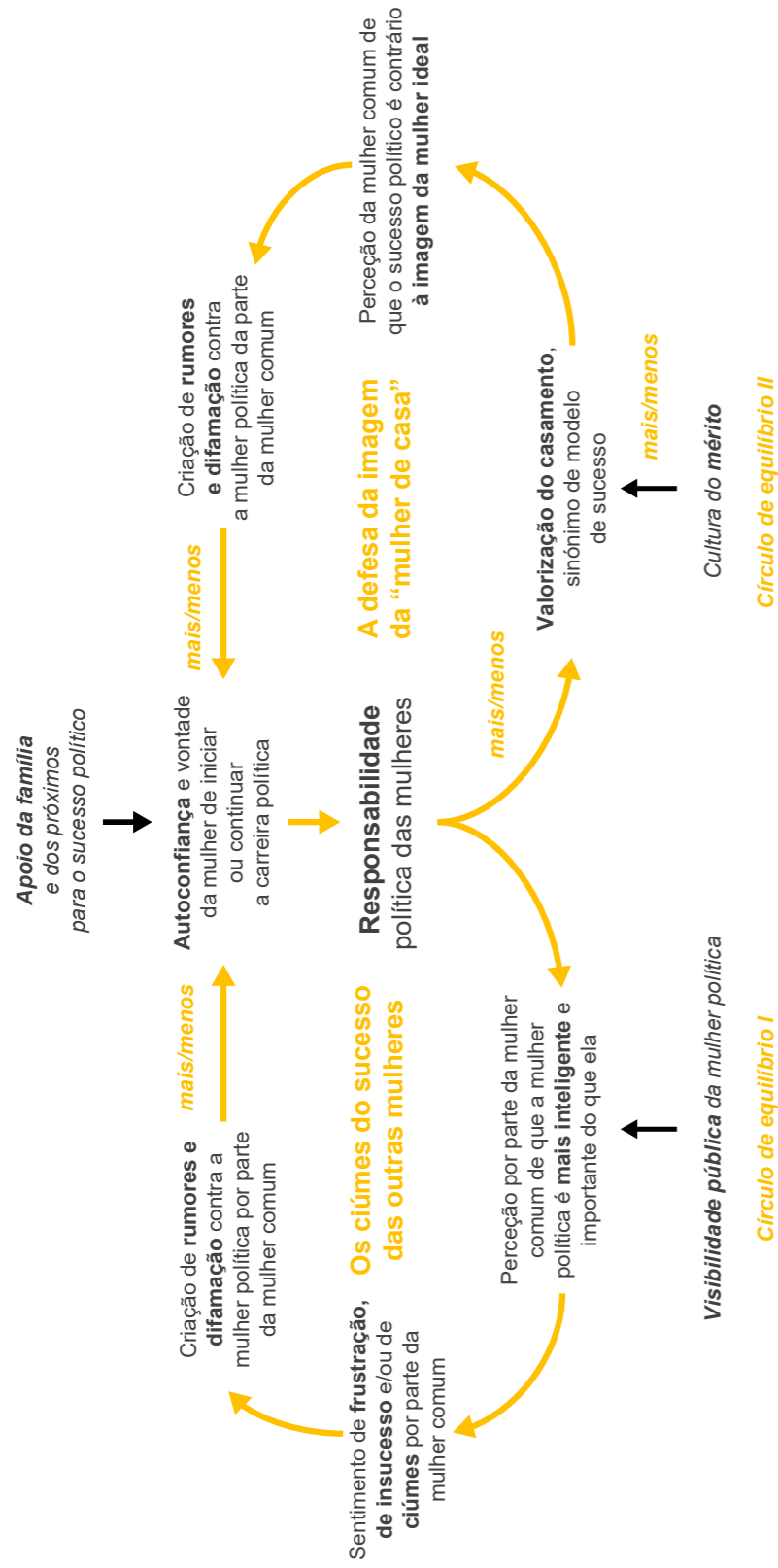
Nisso também, há um aumento de rumor contra a figura daquela que triunfou, porque as pessoas ficam mais atentas à sua pessoa e a sua visibilidade pública aumenta. Isto é válido não só para a mulher, mas para todos os que destacaram nas suas áreas de intervenção, vivendo interferências nas suas vidas tanto pública como privada.

Esta hostilidade contra a sua congénere torna-se muito forte se o meio social de onde provém tiver pouca referência de mulheres que conseguiram triunfar, e acentuado for o sentimento de inferioridade. Também, é preciso destacar que esse sentimento pode ser fruto da educação inculcada à mulher que não está habituada a ver a mulher a desempenhar funções de liderança e destaque na sociedade.

*"A mulher sente ciúme da sua companheira, porque desde a infância ela foi educada acreditando que o homem é quem manda, por isso quando vê a sua companheira sente-se mal."*³⁸

A mulher não oferece a necessária colaboração à outra porque, por vezes, faltam-lhe informações que lhe permitiriam ajuizar melhor e ser mais compreensível e colaboradora. Elas, perante factos originais e com constrangimentos que emanam do mesmo, refugiam-se nas críticas negativas e difamações para expressarem as confusões e frustrações que isso causa nelas.

³⁸ Aissatu Injai, Presidente da RENLUV-GB, auscultação em Bissau, 20 de maio de 2017.

**Instruções de leitura da análise sistémica:**

- Sugerimos começar a leitura da análise sistémica pelo fator escrito em letras grandes, como ponto de início do círculo.
 - Cada fator tem que ser lido começando pela palavra "mais" ou "menos".
 - Cada flecha intensifica a palavra "mais" ou "menos".
- Por exemplo: Quanto **maior** for "a responsabilidade política das mulheres", **maior** será "a percepção pela mulher comum que a mulher política é mais inteligente e importante do que ela"
- Quanto uma flecha está acompanhada por "mais/menos", isso significa que a relação entre o primeiro e segundo fator muda.
- Por exemplo: Quanto **maior** for "a responsabilidade política das mulheres", **menos** "o casamento será valorizado como modelo de sucesso"
- A leitura do círculo continua com a mesma lógica, ou seja, a mesma relação proporcional (mais => mais, menos => menos), até indicação contrária.

Nota: Os fatores em letras itálicas são fatores externos que influenciam o fator apontado.

Para mais detalhes sobre a leitura da análise sistémica, refira-se ao Anexo I.

Pistas de soluções

As dinâmicas socioculturais que influenciam a participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão são profundas e enraizadas nas práticas culturais próprias às etnias que regem a ordem social dum determinado grupo. Estas práticas são respeitadas e valorizadas, e constituem a essência da identidade guineense, onde o lugar dos homens e das mulheres é claramente definido.

A pressão imposta pela sociedade pesa consideravelmente sobre as mulheres, impedindo a construção da sua autoestima e confiança em si, elementos necessários para ir além dos obstáculos. Nem todas as mulheres reagem da mesma maneira a esta pressão, dependendo da sua própria história pessoal e das oportunidades que lhe foram dadas na vida. As mulheres constituem assim um grupo heterogénico que sofre dos efeitos da exclusão social e responde aos obstáculos com estratégias múltiplas.

Ainda parece distante uma mudança para uma sociedade mais inclusiva onde as vozes das mulheres são ouvidas e onde elas exercem um poder ao nível das esferas de tomada de decisão. Existem, contudo, *pistas de soluções* concretas para contribuir para resolver este insucesso, como propostas pelas populações auscultadas.³⁹

1. Criar um quadro de diálogo intergeracional para definir uma sociedade mais inclusiva

É necessário envolver as mulheres e os homens, jovens e idosos, na definição duma visão para uma sociedade mais inclusiva, através dum diálogo nacional. Visto a importância das variações étnicas e da ancoragem local da ordem social, é importante criar um quadro gradual, onde o diálogo começa ao nível das comunidades, na forma de *djumbai* em todas as regiões do país, para transformar-se num processo mais largo.⁴⁰ Um quadro de diálogo pode encorajar a reflexão e o debate de ideias,

³⁹ As populações auscultadas exprimiram várias pistas de soluções resumidas nesta secção. Decidiu-se utilizar a palavra "pista", reconhecendo que as opiniões expressas durante as auscultações constituem elementos de solução, sem constituir soluções em si. De fato, escusado será dizer que a elaboração de soluções concretas necessita do apoio de especialistas e peritos capazes de transformar pistas em ações concretas para a mudança.

⁴⁰ O *djumbai* é uma palavra Crioula muito utilizada para comunicar a ideia de "estar junto" para um momento de discussão.

contribuindo para o enraizamento de uma cultura de diálogo e de paz.

2. Valorizar o papel dos chefes tradicionais e figuras legítimas na busca de soluções

Para elevar a discussão sobre o lugar da mulher e do homem na sociedade, é crucial identificar e incluir figuras legítimas que desempenham um papel na definição de regras e práticas sociais e políticas. É importante trabalhar com pessoas influentes a nível local como os chefes tradicionais e líderes de partidos políticos, que têm o potencial de influenciar e provocar as mudanças de comportamento necessárias para uma maior aceitação do papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão. Ao empoderá-las, criam-se condições para uma maior apropriação do problema e das suas soluções.

3. Estabelecer um sistema divulgação da informação sobre os benefícios da inclusão das mulheres para uma sociedade mais pacífica

Perante os limites do acesso à informação relativa ao fenómeno da exclusão das mulheres das esferas de decisão e as suas implicações na construção de uma sociedade pacífica, é necessário estabelecer um sistema de divulgação de informação mais abrangente. Experiências passadas mostraram que a comunicação mediática, através das rádios, tem o potencial de quebrar tabus e permitir uma tomada de consciência por parte da população. As organizações da sociedade civil com programas nas rádios de abrangência nacional e comunitárias são chaves na disseminação desta informação.

4. Valorizar os modelos de sucesso de mulheres políticas e FDS na educação formal

Face à fraca valorização das carreiras políticas, militares e de segurança para as mulheres, é

importante iniciar uma reflexão com vista a redefinir e criar novos modelos de sucesso femininos. Isso passa por um trabalho de pesquisa e diálogo nas comunidades para fazer identificar e valorizar modelos de sucesso existentes a nível local e nacional.

As interações sociais e deficiências no sistema educativo formal e informal impedem a divulgação e a valorização de tais modelos, pelo que se sugere atribuir esta missão aos poderes públicos. A integração de figuras femininas positivas nos livros escolares é um exemplo concreto que pode influenciar as novas gerações e demonstrar que o sucesso das mulheres nas carreiras política, militar e de segurança é possível. Além da revisão do currículo escolar, também se sugere a divulgação de trajetórias de sucesso através de meios audiovisuais existentes, como as rádios ou as redes sociais.

5. Desenvolver e encorajar iniciativas de expressão artística valorizando o papel da mulher nas esferas de decisão

Além da necessidade de divulgar modelos de sucesso através de meios orais, também é importante pensar noutras formas de comunicação, como a expressão artística. A variedade das tradições culturais guineenses oferece um palco privilegiado para transmitir mensagens-chaves relativas à promoção das mulheres nas esferas de tomada de decisão. A divulgação de histórias de mulheres também pode servir como fonte de inspiração a ser usada no teatro ou noutras formas artísticas tradicionais como o canto ou a dança.

6. Encorajar a população a tomar responsabilidade pela promoção do género para a consolidação da paz

No estado atual, as capacidades das populações a se apropriar e responsabilizar pela promoção do género para a consolidação da paz são limitadas. Formar as populações e atores-chaves para adquirir noções básicas sobre o género e a consolidação da paz não é, todavia, suficiente. Uma verdadeira responsabilização passa nomeadamente por um acompanhamento contínuo das populações, com estratégias e estruturas adequadas.

7. Ter em conta as boas práticas relativas à transformação do papel da mulher na África Ocidental

A temática do papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão não se limita à Guiné-Bissau. Outros países, especialmente na sub-região oeste africana, podem constituir fontes de informação credíveis para por em perspetiva as práticas e os desafios encontrados na transformação do papel da mulher na sociedade. Uma análise comparativa dessas boas práticas poderá servir de base para uma reflexão mais abrangente na sociedade guineense.

8. Assegurar um acompanhamento e apoio comunitário para as mulheres

Muitas mulheres decidem não tomar cargos com responsabilidades por falta de estruturas de apoio e cuidado familiar disponíveis, mas também porque os membros do núcleo familiar, a saber os filhos, maridos, pais e outras pessoas vivendo no agregado familiar, mostram reticência à sua ausência no lar. Além da necessidade de estruturas de puericultura, entre outros, também é essencial acompanhar e engajar as famílias de maneira mais abrangente, para permitir à mulher de preservar o seu filete social e afetivo.

CAPÍTULO II: NO JOGO POLÍTICO, A MULHER TEM UM PAPEL LIMITADO, AFASTADO DA TOMADA DE DECISÃO

Capítulo II: No jogo político, a mulher tem um papel limitado, afastado da tomada de decisão



Auscultação dum grupo de mulheres políticas e membros da sociedade civil, em Bissau, 20 de maio de 2017.
Copyright Voz di Paz.

2.1. A mulher tem um papel mobilizador na política, recompensador e valorizado na sociedade

Além da existência de dinâmicas limitativas para as mulheres no domínio político, explicadas por fatores ligados à distorção do jogo político, observa-se que as mulheres exercem uma influência catalisadora e específica durante os períodos de mobilização eleitoral, durante os quais a sua participação e apoio são críticos.

As campanhas eleitorais na Guiné-Bissau são momentos de grande fervor político e social, onde candidatos de todos os partidos políticos apresentam os seus programas, num ambiente festivo. As campanhas também são marcadas pela opulência dos partidos que tentam ganhar votos oferecendo prendas e outros bens materiais, e uma competição feroz entre candidatos, que recorrem aos seus militantes na base para convencer os indecisos.

Em todo o território nacional os participantes auscultados foram unânimes em dizer que a mulher tem tido uma participação massiva e uma influência incomensurável na mobilização política, e consequentemente na determinação de quem deve ser votado.

“No momento da campanha, chamam as mulheres para mobilizarem as pessoas, incluindo homens.”⁴¹

2.1.1. A influência da mulher começa na base através das associações femininas

A Guiné-Bissau tem uma longa tradição de solidariedade feminina associativa a nível local que valoriza a mulher. Hoje, as associações de mulheres são uma réplica das *mandjuandades*, organizações tradicionais onde a mulher tem um papel social aceite e valorizada pela sociedade.

As associações de mulheres, além de serem destinadas a contribuir para a sua emancipação social e económica, representam uma mais-valia na esfera política, nomeadamente durante as campanhas eleitorais.⁴² Grupos organizados com liderança reconhecida, as associações são um aglomerado com muita diversidade e poder numérico. As suas líderes são alvo e pessoas-recurso a ter em conta, na medida em que têm o apoio dum grupo considerável de mulheres. O poder das redes associativas representa uma mais-valia notável quanto à sua eficácia e potencialidades de comunicação.

⁴¹ Beatriz Cabral, Professora, auscultação em São Domingos, 1 de abril de 2017.

⁴² As associações, independentemente da sua natureza, também têm sido válvula de escape para as mulheres. Nelas têm liberdade de circulação, sem terem que pedir permissões aos maridos. Por exemplo, elas não pedem autorização para ir fazer, horticultura ou ir vender um produto resultante do trabalho no quadro associativo.

“Durante as campanhas eleitorais dão voz à mulher e dizem: mulheres falem, porque vocês são escutadas.”⁴³

O facto de as mulheres serem a maioria em termos demográficos no país, faz com que sejam alvo nas campanhas.⁴⁴ Também, as mulheres são menos alfabetizadas e mais propensas a manipulações, assim como a seguirem os seus líderes ou maridos.

Seguindo os estereótipos de género presentes na sociedade guineense, as mulheres são consideradas mais honestas, e sendo mulher, julga-se que ela quererá o bem para todos, então tem mais facilidade de ser ouvida e aceite pelos outros.

2.1.2. As mulheres têm responsabilidades nas campanhas a nível local

As campanhas políticas são assinaladas por uma maior presença das mulheres nos comícios eleitorais. Paralelamente aos grandes comícios que normalmente acontecem nos centros regionais e até sectoriais, organizados particularmente pelos partidos com maior dimensão, sucedem-se igualmente campanhas de mobilização nos bairros e tabancas do interior. Geralmente, os protagonistas destas campanhas são líderes das associações de mulheres, que muitas vezes trabalham juntamente com os líderes dos partidos políticos que estão à busca de votos.

“Se você for chamada de responsável da campanha do seu partido pelo líder no seio da sua comunidade, você sente-se valorizada, contente.”⁴⁵

As mulheres também são um elemento importante na busca de votos, nomeadamente através de *djumbais* de sensibilização com colegas nas associações. Este

mecanismo de mobilização é visto como eficaz, na medida que a mulher que lidera a associação se engaja a mobilizar outras colegas a favor do candidato ou partido. Para este efeito são realizados encontros de tipo *djumbai* onde as mulheres discutem de forma pacífica em diferentes lugares, a saber em casa, na sede da associação ou ainda nos *bantabás* comunitários de mulheres.⁴⁶

2.1.3. A mulher mobilizadora desempenha um papel tradicional valorizado pela sociedade

“As mulheres não têm ambição de candidatar-se, elas só querem ser dançarinas e cozinheiras.”⁴⁷

A influência da mulher revela-se por intermédio de diferentes ações, preconizadas durante o período da campanha eleitoral, que são decisivas para obtenção de votos a favor do partido e ou candidato.

Tradicionalmente, as mulheres são responsáveis pela logística das campanhas, que é um aspeto fundamental para o êxito de um comício. As preparações logísticas de eventos tomam a forma de preparação da comida e dos trajes, das deslocações, dos enfeites do palco, e de cuidado a tudo que seja ligado ao alojamento.

A mulher também é encarregada da animação cultural para abrilhantar e dar cor à festa de maneira que seja atrativo para os não-militantes. Os grupos culturais são compostos na sua maioria por mulheres. Durante as campanhas eleitorais, estes grupos animam as sessões antes dos comícios, visando entreter e animar o público que espera pelo início das intervenções dos políticos.

Convém sublinhar que no passado os grupos culturais eram agregados de homens e mulheres segundo a faixa etária. Visavam a apoiar os

trabalhadores nos campos e as comunidades durante as cerimónias tradicionais. Hoje, os grupos culturais são compostos por pessoas que se identificam com um objetivo comum, podendo ser recrutados para fins de prestação de serviços, com uma certa dose de afinidade partidária.

A dança também é largamente utilizada como instrumento de mobilização. Os grupos de dança visam distrair e influenciar os espectadores, criando um espaço onde muitas pessoas se reúnem, dando a parecer que um tal candidato tem muitos apoiantes. Este facto normalmente deixa a impressão de força.

Sabendo a importância que a dança e o canto representam nas tradições africanas, em especial na guineense, cujos protagonistas-chaves são as mulheres, este aspeto torna-se crucial e fundamental para a animação durante a mobilização eleitoral, busca de votos, mas acima de tudo para dar ideia de força, de imponência e de vencedor.

2.2. Barreiras múltiplas para atingir postos de tomada de decisão

Além do facto de a mulher ser valorizada na mobilização eleitoral, os seus esforços não levam a uma maior participação na esfera de tomada de decisão. As auscultações revelaram que a sua mobilização só reforça o poder do homem e a sua supremacia no domínio de tomada de decisão política.

2.2.1. A falta de recursos financeiros limita as mulheres na política

A necessidade de ter recursos financeiros para entrar e sustentar o seu engajamento na política, foi mencionado várias vezes pelos participantes auscultados como barreira à participação da mulher nas esferas de tomada de decisão política. Este aspeto manifesta-se especialmente durante os momentos de campanhas eleitorais, que implicam mobilizar recursos e ter largas condições financeiras para resolver as mais variadas preocupações do eleitorado (como prescrição médica ou propinas dos filhos) e cumprir com os gastos das campanhas:

“Às mulheres falta meios para a mobilização das outras mulheres e até para formar partidos.”⁴⁸

Nesse contexto, a mobilização de fundos revela-se um exercício crítico, no qual as mulheres não participam ativamente. A fraca capacidade das mulheres em mobilizar dinheiro para as campanhas eleitorais foi explicada por vários fatores, incluindo a limitada influência das mulheres para mobilizar recursos financeiros (nomeadamente nas redes clientelistas dominadas pelos homens).

Além disso, a situação de pobreza e a desigualdade entre as mulheres e os homens face ao acesso ao dinheiro na Guiné-Bissau foram utilizadas para ilustrar a dificuldade das mulheres em engajarem-se na política para obter cargos de tomada de decisão.⁴⁹ Segundo os participantes auscultados, as mulheres que têm menos recursos financeiros que os homens e são largamente dependentes dos mesmos financeiramente, preferem gastar o seu pouco dinheiro nas necessidades básicas da sua família, em vez de os gastarem no exercício político partidário.

O sentido de responsabilidade familiar das mulheres foi citado como fator chave de diferenciação entre comportamentos de homens e mulheres na política, e

43 Beatriz Cabral, Professora, auscultação em São Domingos, 1 de abril de 2017.

44 A população guineense conta 52,9% de mulheres (2013). Fonte: “Estatísticas Básicas da Guiné-Bissau 2014”, Instituto Nacional da Estatística (INE), Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional, República da Guiné-Bissau, 2014.

45 Adja Mata Sauané, Ex-deputada e Membro de Espaço Regional de Diálogo, auscultação em Gabú, 28 de abril de 2017.

46 Um *bantabá* é um lugar ao ar livre dentro de uma morança ou tabanca destinado para conversações, diálogos e diversões. Os *Djumbais* são usualmente realizados nos *bantabás*.

47 Mamadú Silá, Comerciante e Membro de Espaço Regional de Diálogo, auscultação em Farim, 8 de abril de 2017.

48 Beatriz Soares da Gama, Presidente da Associação Mers-Bodjar, auscultação em Quinhamél, 30 de março de 2017.

49 As estatísticas sobre a situação de pobreza na Guiné-Bissau apontam para uma ligeira desigualdade entre as mulheres e os homens, onde as mulheres constituem 51,6% das pessoas pobres, contra 48,4% para os homens. A questão do acesso aos recursos financeiros do agregado familiar não tratada nos dados disponíveis. Fonte: “Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza”, Instituto Nacional da Estatística (INE), Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional, República da Guiné-Bissau, 2011.

utilizado como exemplo para estigmatizar mulheres que desviarem desse padrão:

“A mim, a minha família só me dizia: Ita, Não te esqueças que estás a tirar o pão da boca dos seus filhos.”⁵⁰

2.2.2. Os benefícios das campanhas eleitorais são geralmente atribuídos aos homens

Durante o processo de auscultação, os participantes falaram das desigualdades entre homens e mulheres em receber benefícios durante a mobilização eleitoral. De acordo com os estereótipos da sociedade guineense, uma mulher não precisa de muitos bens materiais, enquanto o homem, como chefe de família, precisa de mais.

Assim, observa-se que os benefícios das campanhas eleitorais são dados na sua maioria aos homens, nomeadamente motorizadas, bicicletas ou zínco, enquanto a mulher se contenta simplesmente com panos para fazer fardas ou camisolas a serem usadas nos comícios.

Algumas mulheres auscultadas falaram do facto de elas aproveitarem das sobras de produtos na cozinha para alimentação da família. Também foi dito que as mulheres líderes das associações por vezes negociam materiais de trabalho com candidatos, tais como enxadas, baldes, redes de vedação, regadores, máquinas de descasque e outros materiais em função da necessidade do agrupamento.

Constata-se que esses benefícios nunca são dirigidos às próprias mulheres, mas sempre às pessoas ao seu redor, quer seja a família ou as companheiras de associações, refletindo o seu carácter altruísta constitutivo da sua figura ideal.

2.2.3. Os critérios de seleção de candidatas eleitorais são discriminatórios para as mulheres

A mobilização acontece nas campanhas eleitorais, que são antecidos de um processo interno de escolha de candidatas para a composição das listas eleitorais dos partidos. O processo de escolha varia de partido para partido, isto é, às vezes é por intermédio de votação ou por indigitação a nível central do partido, de outra maneira à junção dos dois modelos. Posteriormente, as listas são enviadas para o Supremo Tribunal de Justiça para fins de validação.

“Das inúmeras vezes que eu fui escolhida, foi através da votação na urna, mas desde que começaram com indigitação da cabeça de lista em Bissau, nunca mais passei.”⁵¹

Os critérios usados para a composição das listas não tomam em não observam a componente equilíbrio do género, mais sim outros critérios, nomeadamente o poder económico e influência na zona (por ter ligações com pessoas influentes, por ser um chefe tradicional, chefe religioso ou ter meios económicos para financiar pequenas iniciativas de jovens e mulheres). Nestas situações os homens são os privilegiados. A par destes critérios há outros julgados importantes, que são o lugar da pessoa dentro da estrutura partidária.

Somando todas essas valências e mais outras, como o clientelismo, a bajulação, a compra de lugar, as mulheres acabam por estar à margem das listas eleitorais. O que significa que não serão votadas, porque não são candidatas, restando-lhes apenas trabalhar para fazerem eleger os homens aos cargos cimeiros da república. Os auscultados disseram, que quanto maior for as dificuldades na mobilização do eleitorado, maior é a tendência de preferir a mulher a favor do homem que tem mais poder económico para compra de consciência.

2.2.4. A mobilização cria confusão para as mulheres e gera sentimentos de desigualdades

A exclusão das mulheres depois das campanhas políticas, além de ser o resultado dum funcionamento distorto do jogo político influenciado pelos preconceitos sociais que discriminam as mulheres, cria confusão e consternação entre as mulheres, que se sentem desvalorizadas.

Além das frustrações criadas por esta situação, certas mulheres, com medo de criarem conflitos no casamento, preferem continuar o trabalho de mobilização e deixar de vista a entrada na política como candidatas. Sem darem conta, estas mulheres apelam a si estas tarefas que têm como consequências imediatas a sua exclusão, devido à sua limitada participação nas reuniões onde são tomadas decisões importantes.

“Nós ajudamos os homens a conquistarem o poder, depois quando nos convidam para assumir funções recuamos.”⁵²

A distorção do jogo político tem sido uma característica dominante na evolução do aparelho e exercício político, inclusive nos partidos políticos. A distorção tem várias formas recorrentes que modificam o bom funcionamento do jogo político, e observa-se em todas as instâncias governativas, inclusive nas estruturas partidárias, nos cargos administrativos públicos, e em todas as funções políticas.

Manifesta-se principalmente através da não-aplicação das regras e dos critérios estabelecidos, criando desigualdades e discriminação no acesso aos postos de tomada de decisão política. Essas mutações, ou negações, foram citadas como grandes obstáculos à promoção da mulher.

2.3. As mulheres não fazem parte do jogo político

2.3.1. As redes de influência não beneficiam as mulheres

Os participantes, em diferentes painéis a nível nacional, apontaram a aplicação de critérios subjetivos para o acesso das mulheres em exercício político aos lugares políticos cimeiros. Além de haver critérios de promoção definidos nos estatutos e regulamentos dos partidos políticos, como a larga experiência na militância ou a competência, observa-se uma negação reiterada na aplicação desses critérios.

Assim sendo, os homens políticos utilizam as suas redes clientelistas para a sua promoção em detrimento das mulheres de uma forma abrangente. Isto é, utilizam-nas em todas as esferas do país, tanto a nível político como económico e social. Essas práticas não beneficiam as mulheres para o acesso a lugares-chaves nas estruturas do partido ou na governação. Isso se deve também ao facto de as mulheres não conseguirem ainda criar uma rede de influência a seu favor e a própria prática social, sobejamente referenciada nestas auscultações.

“Quando é o momento de caçar os votos são utilizadas as mulheres, mas depois elas são descartadas; elas são postas de lado.”⁵³

2.3.2. As obrigações políticas e sociais das mulheres: incompatíveis?

Outro fator citado de maneira repetitiva pelos auscultados foi a incompatibilidade entre as obrigações políticas de lugares cimeiros com as obrigações sociais impostas à mulher pela sociedade. Mais precisamente, foi mencionado que a organização de reuniões políticas em altas horas da noite impede a participação da mulher por causa das suas obrigações domésticas. Responsabilizada

50 Carmelita Pires, Consultora Jurídica, auscultação em Bissau, 20 de maio de 2017.

51 Adja Mata Sawane, Ex-deputada e Membro de Espaço Regional de Diálogo, auscultação em Gabú, 28 de abril de 2017.

52 Marcelina Manuel Lopes, Professora e Ativista política, auscultação em Buba, 6 de maio de 2017.

53 Patrícia Sanhá, presidente da Confederação das Mulheres Pescadoras de Cacheu, auscultação em Canchungo, 31 de março de 2017.

pela sociedade para tomar conta do lar e da família, a mulher não se permite, porque isto está profundamente aceite na sua mente, estar ausente da sua casa para participar nas reuniões políticas que muitas vezes são decisivas para a tomada de decisão.⁵⁴

“As mulheres não mostram disponibilidade para participar, não se disponibilizam! Quando são convocadas, não participam.”⁵⁵

Parece não existir um balanço entre as obrigações políticas que requerem disponibilidade para ficar todos os dias e horas na sede dos partidos ou deslocar-se frequentemente para visitar estruturas partidárias, e as responsabilidades domésticas. Tomando em conta a constante luta desenfreada pelos lugares cimeiros em todas as estruturas (partidárias e nacionais), os jogos políticos jamais se compadeceriam com a condição feminina que lhe é imposta desde a base familiar.

2.4. A dominação social do homem continua na política

Além do funcionamento obscuro do jogo político, observa-se uma interferência entre as práticas socioculturais e as práticas políticas. Sem aplicação dos regulamentos, o domínio político replica dinâmicas sociais que valorizam os homens em detrimento das mulheres.

2.4.1. Existe uma preferência social de haver homens nas listas eleitorais

Observa-se uma preferência social de ter os homens nas listas eleitorais e nos órgãos diretivos dos partidos porque se pensa que um homem é mais adequado e mais preparado para assumir os cargos de chefia do que uma mulher.

“As mulheres de uma forma geral não lideram as listas, só os homens [o fazem].”⁵⁶

Essa preferência explica-se por vários fatores históricos e culturais, nomeadamente pelo facto dos homens serem e terem sido mais dominantes e presentes na vida política, desde o início do estabelecimento do estado guineense, quando existia o partido único. Com a abertura democrática e o incremento do pluralismo político, em que cada partido precisou recrutar mais militantes num jogo de acesso ao poder, a integração passou a visar homens e mulheres sem discriminação do sexo. Na maioria dos casos, a integração feminina nas estruturas partidárias tinha como fito a simples militância, sem pretensões para cargos a nível das estruturas e a nível da governação. Aliado a isso está o fraco nível académico das poucas integrantes e mais ativas nos partidos.

O fato de estar em lugares cimeiros do partido, puder influenciar a governação, ter poder de decisão, prestígio, poder económico, estatuto social, com agravante da falta de oportunidades fora da esfera pública, acelerou e aprofundou concorrências a nível das estruturas dos partidos. Neste caso, as mulheres na vida política confrontam-se com a resistência dos homens em aceitarem a pretensão feminina de estar representada a vários níveis como uma questão de justiça social, assim como de adotarem medidas de correção das assimetrias entre homens e mulheres políticas.

Ainda em certa medida, a preferência pelos homens explica-se por fatores socioculturais de dominação de padrões masculinos, como mencionado no primeiro capítulo do presente relatório.

2.4.2. Os homens políticos apoiam-se entre eles

A solidariedade entre os homens na política foi citada de maneira unânime como sendo um ponto forte da exclusão das mulheres da tomada de decisão. Esta solidariedade manifesta-se de diferentes formas e em diferentes níveis, como se ilustra em baixo:

“Há homens iletrados na política porque só eles se apoiam.”⁵⁷

A forte solidariedade masculina foi explicada pelo facto do homem ter mais confiança numa pessoa do mesmo sexo, mas também porque o homem subestima muito a capacidade da mulher. Esta subestimação é decorrente dos estereótipos de género e padrões socioculturais que regulam a sociedade, que sempre relegaram as mulheres a lugares subalternos e de submissão. Por isso, quando a mulher emerge para fazer frente a um homem ela é confrontada com a solidariedade do bloco masculino que se sente ameaçado e invadido num terreno que pensa ser exclusivamente seu. Alicerçado nisto, tudo serve para fazer frente à intrusa.

Esta capacidade dos homens selaram as fileiras para a defesa dum terreno privado é tão antagónico quando se trata de as mulheres fazerem o mesmo em relação às suas companheiras, porque se pensa que, a mulher que decide sair das funções tradicionais a ela atribuída pela divisão social de trabalho é uma impostora.

Pistas de soluções

As perceções à volta do lugar da mulher na política são profundamente influenciadas pelos valores socioculturais em vigor, que dão pouco espaço ao seu desenvolvimento e à sua ascensão sociopolítica.

A transposição das práticas sociais na esfera política constitui um problema sério que põe à luz a fraqueza das instituições e a incapacidade do Estado de propor a igualdade de tratamento para todos os cidadãos. As desigualdades criadas por um sistema julgado injusto representam uma fonte de frustrações para muitas mulheres.

Além desses obstáculos, observam-se raros casos onde a mulher é presente e tem um papel valorizado nas instituições políticas, além de ser maioritariamente afastada da tomada de decisão. Essas capacidades constituem, entre outras *pistas de soluções* mencionadas abaixo, uma base sobre a qual trabalhar para melhorar o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão nas instituições formais do poder.⁵⁸

1. Engajar os decisores políticos através da advocacia a favor da participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão

A sub-representação das mulheres nos lugares cimeiros da decisão política representa um entrave à sua inclusão na tomada de decisão. A aplicação duma política de género, incluindo a aceitação e implementação da lei de paridade e a revisão das leis-quadro dos partidos políticos e, portanto, as leis internas dos partidos políticos, é uma solução concreta para aumentar o número de mulheres em posições-chave nas instituições do poder.⁵⁹ Para tornar possível a aplicação da lei, é necessário efetuar um trabalho de advocacia perto dos decisores políticos, particularmente através de ferramentas de tipo lobby.

⁵⁴ De fato, são durante essas reuniões que se compõem listas eleitorais ou decidem os membros dos órgãos do partido.

⁵⁵ Mariato Mané, Membro da REMPSECAO-GB, audição em Bissau, 20 de maio de 2017.

⁵⁶ Siré Fico, Professora, audição em Canchungo, 31 de março de 2017.

⁵⁷ Alferes Naldina Sanca Djassi, Alferes na Guarda Nacional, Chefe dos Recursos Humanos na Brigada de Proteção da Natureza e Ambiente, audição em Bissau, 19 de maio de 2017.

⁵⁸ As populações auscultadas exprimiram várias *pistas* de soluções resumidas nesta secção. Decidiu-se utilizar a palavra “pista”, reconhecendo que as opiniões exprimidas durante as auscultações constituem elementos de solução, sem constituir soluções *em si*. De fato, escusado será dizer que a elaboração de soluções concretas necessita o apoio de especialistas e peritos capazes de transformar pistas em ações concretas para a mudança.

⁵⁹ A política de género e a lei da paridade particularmente, têm sido amplamente discutidas nestes últimos anos. Enquanto algumas vozes se levantam para defender esta proposta, tratando-a de medida concreta para corrigir assimetrias estruturais e sociais, outras argumentam que a lei de paridade não constitui uma estratégia inclusiva e durável, na medida que não abrange as especificidades regionais, socioprofissionais, culturais, étnicas e religiosas que afetam as mulheres.

2. Estabelecer uma monitoria dos avanços políticos relativos à participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão

Para garantir a responsabilização das autoridades guineenses em relação às questões de género e particularmente à maior participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão, é preconizado a criação duma plataforma de seguimento. Composta por atores chaves da sociedade civil e do governo, a plataforma poderá encarregar-se de estabelecer mecanismos de monitoria, incluindo ações de advocacia, para garantir uma boa implementação e continuidade dos esforços de promoção da participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão.

3. Reforçar as capacidades dos líderes políticos sobre questões de género para a consolidação da paz

Vários atores políticos, nomeadamente a nível das regiões, ainda não beneficiaram do reforço de capacidades relativamente às questões de género e consolidação da paz, em particular à volta da implementação efetiva e eficiente da política de género. É necessário formar os atores chaves a nível das regiões para alcançar uma compreensão comum entre todos os líderes e atores políticos sobre o assunto, e assim garantir a criação de sinergias e quadros de reflexão comuns.

CAPÍTULO III: AS FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA: UM TERRENO MASCULINO ONDE POUCAS MULHERES INGRESSAM E PROGRIDEM

Capítulo III: As Forças de Defesa e Segurança: um terreno masculino onde poucas mulheres ingressam e progridem



Auscultação dum grupo representativo da região de Quinará, em Buba, 6 de maio de 2017.
Copyright Voz di Paz.

As Forças de Defesa e Segurança (FDS) são uma parte que constitui a paisagem política guineense. Muitas vezes denunciadas, as FDS representam um entrave à governação e à estabilização do país, segundo muitos Guineenses. Além do fato de que a situação das FDS esteja em constante evolução, é essencial tirar lições do seu funcionamento em relação ao lugar das mulheres nos cargos de tomada de decisão para obter uma compreensão mais fina das dinâmicas sociopolíticas relativas ao lugar das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau.

O papel das mulheres nas FDS varia bastante dependente dos setores e níveis hierárquicos em que se encontram. Se de um lado se observa uma presença satisfatória de mulheres nos postos de tomada de decisão nas Forças de Segurança, do outro, sucede que as Forças armadas sofrem duma fraca participação das mulheres nos postos de chefia e decisão, uma situação que evoluiu de maneira descendente nas últimas décadas.⁶⁰

Quadro 3.1. | As mulheres nas Forças Armadas: uma evolução histórica

O papel das mulheres na luta pela independência é largamente reconhecido e fruto de vários estudos. Também foi mencionado pelas populações auscultadas como um exemplo e uma honra para todas as mulheres guineenses, uma afirmação que contrasta radicalmente com a realidade do século XXI.

A luta da independência | São reconhecidos o papel e o lugar das mulheres durante a luta da independência, durante a qual ocuparam vários postos de responsabilidade nas áreas operacionais e logísticas. Aderiram à luta ainda na fase da sua organização clandestina, onde a sua presença e contribuição foram notórias. A inclusão das mulheres nas forças de libertação é largamente vista como fruto da visão de Amílcar Cabral, que se preocupou em educar as mulheres e transformá-las num dos elementos chave da luta pela independência.⁶¹

Depois da luta, a deserção | Durante as duas décadas seguintes, a presença das mulheres nas Forças Armadas diminuiu, e observaram-se muitas deserções. As más condições sanitárias, fracas infraestruturas e a falta de credibilidade crescente das FDS nesse período, marcado por conflitos

⁶¹ GODINHO GOMES Patrícia (2013), *Na senda da luta pela paz e igualdade. O contributo das mulheres guineenses*, Buala.

⁶⁰ Todos postos confundidos, as mulheres representam 3,93% da força de trabalho das Forças armadas (179 mulheres) enquanto os homens representam 96,07% (ou seja, 3482 homens). Fonte: Recenseamento militar (2008), República da Guiné-Bissau.

internos e a intervenção dos militares na esfera pública, foram referidos pelos participantes auscultados como motivos de deserção:

“A desmotivação era tão grande que muitos se tornaram desertores e foram para as tabancas, voltando só com o conflito de 7 de junho 1998.”⁶²

7 de junho, a volta das mulheres? | Essa situação mudou drasticamente durante e pós a guerra, a partir da qual voluntariaram-se homens e mulheres para combater o adversário, e onde as mulheres integraram postos nas áreas social e logística das FDS, longe das casernas. Observa-se, contudo, que as mulheres perderam o seu papel emancipador e a sua influência ao longo das décadas. Esta constatação levanta questionamentos relativos aos obstáculos profundos que impediram um verdadeiro enraizamento da participação das mulheres nessas áreas e a continuação da sua emancipação.

62 Samuel Fernandes, comandante da Guarda Nacional, Bissau

3.1. A entrada das mulheres nas FDS não depende das suas aptidões, mas das perceções negativas a seu respeito e da falta de infraestruturas inclusivas

3.1.1. As perceções à volta do voluntariado, que associam as mulheres à ilegalidade, fomentam o não respeito da sua estatura

A Guiné-Bissau tem uma tradição de voluntariado nas suas Forças armadas (FA). Até 2010, a obrigatoriedade do serviço militar aplicava-se só aos homens, deixando a mulher a livre escolha de integrar as FA, exatamente por se entender que as Forças de Defesa era um palco meramente masculino. Em 2010, uma nova lei relativa ao serviço militar foi aprovada pela Assembleia nacional popular (ANP), estatutando que todos os homens e mulheres são chamados em condições iguais para

servir nas forças armadas.⁶³ Até hoje, a nova lei ainda não foi posta em prática.⁶⁴

A longa tradição de voluntariado dos homens é um fator essencial para compreender a limitada presença das mulheres nas fileiras das FA, mas não é suficiente para obter uma visão abrangente da exclusão das mulheres nessa área. De fato, além das limitações dos processos de recrutamento formais para as mulheres, e da existência de práticas clientelistas informais que também permitem entrar nas FDS, os participantes nas auscultações realçaram que são as **perceções** ligadas ao voluntariado e ao modo de entrar nas FDS que prejudicam as mulheres.

De fato, se na realidade as práticas informais ligadas ao clientelismo e nepotismo se observam tanto para os homens como para as mulheres nas FA, existe uma forte perceção que retrai tudo o que sair do processo formal (e assim do voluntariado que é intimamente representado como processo masculino) como automaticamente ligado às mulheres, que somente “conseguem” entrar por processos informais.

A associação entre formalidade e homens de um lado,

63 Lei do serviço militar, artigo 2: “Sem prejuízo no disposto 8º, todos os cidadãos guineenses dos 18 aos 35 anos estão sujeitos ao serviço militar obrigatório e ao cumprimento das obrigações militares decorrentes da presente lei.”

64 Isso é no período de escritura do presente relatório, no último trimestre de 2017.

e informalidade e mulheres do outro lado, reforça a crença social de que as mulheres nas FDS não cumprem com os seus deveres de exemplaridade tal como é esperado delas pela sociedade, numa lógica onde elas são representantes dum ideal social que não faz transgressão às regras. As mulheres nas FDS, e particularmente as que ocupam postos de chefia, são então vistas como desmerecedoras do respeito e confiança dos homens e das outras mulheres na sociedade por sair do estereótipo da mulher ideal.

“O grosso das mulheres que temos nas FDS entrou na altura do conflito político-militar. As que entraram depois [do conflito], não respeitam a hierarquia e as leis, tendo em conta a forma como entraram. Nem os seus superiores as respeitam.”⁶⁵

As consequências diretas desse fenómeno observam-se na difusão de críticas difamatórias em relação às mulheres, e mais agravante ainda, no não respeito e na desvalorização das suas ordens pelos subordinados. A relação das mulheres fardadas com os seus subordinados é assim largamente influenciada por perceções negativas à volta do lugar da mulher nas FDS. Por serem pouco respeitadas pelos subordinados e os próprios chefes, as mulheres de alto ramo são vistas com pouca autoridade e capacidade de se impor, reforçando mesmo a ideia de que elas não são capazes de dominar. Esta última afirmação é então usada como justificação para mais uma vez excluir as mulheres dos postos de decisão das FDS.

“Certas mulheres nas FDS, por exemplo as enfermeiras ou chefes de cozinha, retiram-se logo quando as suas ordens não são respeitadas, em vez de buscar outras saídas com vista a fazer valer a sua posição. Ela não percebe que a ordem dada, devido à autoridade e responsabilidade que carrega, deve ser cumprida. E é aqui que se reside a diferença: no poder de decisão.”⁶⁶

65 José Buam, Major e Comissário Político de CIFMC, grupo de reflexão em Bissau, 21 de setembro de 2017.

66 Inhasse Cabato, Adjunto do Comandante militar no batalhão de Mansoa, auscultação em Farim, 8 de abril de 2017.

67 Coronel Samuel Fernandes, Comandante da Guarda Nacional, Conferência Nacional em Bissau, 10 de outubro de 2017.

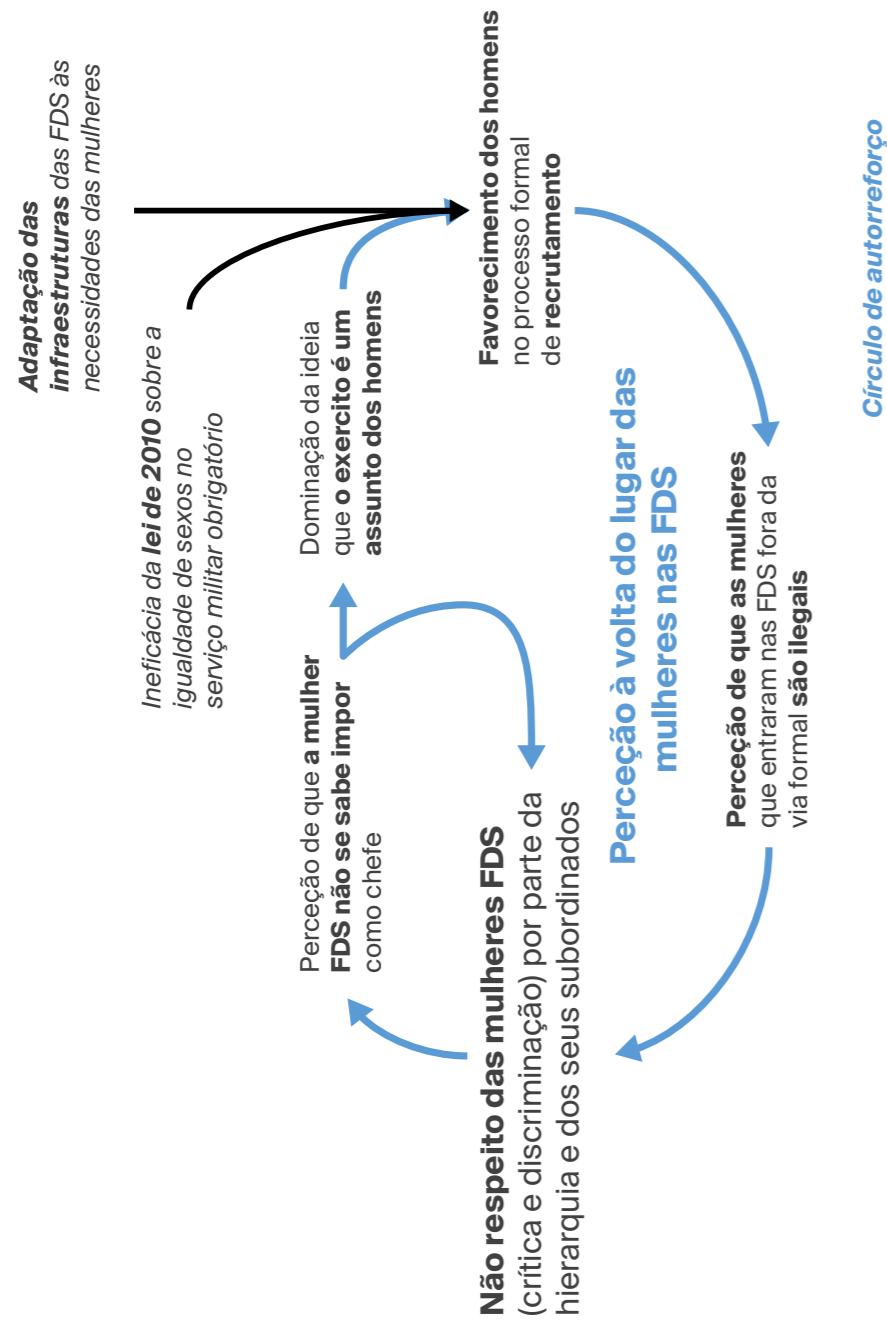
3.1.2. A falta de infraestruturas adaptadas para as mulheres é fonte de desmotivação

Segundo os auscultados, a falta de infraestruturas inclusivas que sejam apropriadas tanto para os homens como para as mulheres também é um fator de reticência para o engajamento das mulheres nas FDS. Herdadas do colonialismo e concebidas na visão da ocupação por homens, as casernas e outras infraestruturas não são adaptadas para as necessidades de género, situação que não cria condições atrativas à entrada da mulher na área militar, nomeadamente nos postos operacionais.

“Não temos casernas próprias para mulheres, casas de banho, fardas... A alimentação é precária. Imaginem na zona norte de Varela a Sitato, no Leste de Bóe – Dandu- Beli, no Sul em Candembel, Guiledje... não há nenhuma viatura para o pessoal e o estado das infraestruturas e lamentavelmente degradante! Nestas condições não é possível por lá uma mulher”⁶⁷

Círculo sistêmico C: Percepções à volta das mulheres que ingressam nas FDS

- ler as instruções de leitura no quadro abaixo



Instruções de leitura da análise sistêmica:

- Sugerimos começar a leitura da análise sistêmica pelo fator escrito em letras grandes, como ponto de início do círculo.
 - Cada fator tem que ser lido começando pela palavra "mais" ou "menos".
 - Cada flecha intensifica a palavra "mais" ou "menos".
- Por exemplo: Quanto **maior** for "o irrespeito pelas mulheres FDS da parte da hierarquia e dos seus subordinados", **maior** será "a percepção que a mulher FDS não se sabe impor como chefe"
- A leitura do círculo continua com a mesma lógica.

Nota: Os fatores em letras itálicas são fatores externos que influenciam o fator apontado.

Para mais detalhes sobre a leitura da análise sistêmica, refira-se ao Anexo I.

3.2. A cultura da masculinidade nas FDS é estigmatizante para a mulher

3.2.1. Os estereótipos de género que associam o rigor e a força ao homem descredibilizam as mulheres

As auscultações revelaram que a cultura da masculinidade está no centro da construção social ligada às FDS. Os participantes realçaram que na cultura guineense, se a esfera política for dominada pelos homens, então as FDS serão a encarnação própria da masculinidade. Esta afirmação revela a profundidade das percepções à volta das FDS, e a íntima ligação entre práticas sociais informais, e práticas formalizadas influenciadas pelos padrões socioculturais em vigor.

Além da simples associação entre masculinidade e as FDS, as auscultações revelaram que os postos de tomada de decisão nas FDS são largamente vistos como território de homens. Assim, já se observou muitos casos onde as mulheres fardadas e de altos ramos são associadas a figuras masculinas ou à masculinidade. Esse fator é revelador dum fenómeno ancorado nas tradições socioculturais guineenses, transposto nas FDS, que associa a figura do chefe e líder ao homem. A partir desta constatação inicial, é possível compreender melhor como as dinâmicas à volta do papel das mulheres nas FDS são influenciadas por fatores profundos que formam as práticas atuais.

*"Quando estamos fardadas, não nos chamam de mulher. Nos chamam de homem."*⁶⁸

Os participantes falaram da existência duma grande resistência da parte dos homens nas FDS em incluir as mulheres nos vários setores de segurança e militar, sobretudo nos postos de tomada de decisão.

68 Cadjia Djalo, Primeira Tenente Marinha, auscultação em Bissau, 19 de maio de 2017.

69 Tete Vensa Gomes, Primeiro Sargento na Guarda nacional, auscultação em Bissau, 19 de maio de 2017.

70 Djariatu, militar, auscultação em São Domingos, 1 de abril de 2017.

Também se pode notar que essa resistência se aplica a uma franja mais larga da população além das FDS, que não aceita ou promove o lugar da mulher nessa esfera, considerando-a terreno masculino.

A maior ilustração dessa resistência pode encontrar-se na estigmatização das mulheres nas FDS, a quem são atribuídas alcunhas de "faladeiras", nomeadamente utilizadas para justificar a sua exclusão das esferas de tomada de decisão.

*"Os homens fazem reuniões e deixam as mulheres de lado. Dizem que as mulheres falam muito e não sabem guardar segredo."*⁶⁹

Outro estereótipo usado para justificar a incompatibilidade das mulheres com as FDS e na tomada de decisão é a suposta fragilidade da mulher. Considerada frágil e fraca, a mulher é vista como incapaz de realizar atividades onde a musculatura é requerida (como levantar pesos ou realizar combates). Julgada inapta às tarefas operacionais, e consequentemente incapaz de demonstrar as suas aptidões, a mulher (e de igual modo os homens incapazes de realizar tais tarefas) é naturalmente excluída, considerada desmerecedora de estatuto ou patente elevada.

*"Nas Forças Armadas devido aos exercícios físicos elas não participam muito nas grandes ações, mas participam na parte administrativa. Homem é mais operacional e mulher é menos operacional."*⁷⁰

Essas percepções e estereótipos influenciam negativamente a participação das mulheres nas FDS, na medida em que acabam por determinar onde a mulher deve estar. Prova disto, a presença da mulher é notória nos níveis subalternos relegando as tarefas secundárias - como secretária, enfermeira, médica, rececionista, fotógrafa, ou radialista - enquanto os homens dominam todas as estruturas de comando.

3.2.2. Os preconceitos sobre a condição de mulher como mãe e cuidadora do lar impedem a sua ascensão profissional

Além dos estereótipos de género associando as mulheres à fragilidade e ao fato de falar muito, as mulheres nas FDS também são associadas ao seu papel tradicional de mãe e cuidadora do lar. Tal como na esfera política, foi observado que as tarefas profissionais das mulheres nas FDS, e nomeadamente os seus cargos de tomada de decisão, são vistos como incompatíveis com as suas responsabilidades caseiras que são consideradas como primordiais para uma mulher. Fatores ligados à fraqueza da mulher durante a maternidade e o período pós-parto, e à sua falta de disponibilidade devido ao tempo de gestação e cuidado dos recém-nascidos, foram regularmente mencionados para justificar essa incompatibilidade.

Num domínio onde as transferências e a mobilidade são condições de ascensão profissional, observam-se bastantes casos de mulheres indisponíveis à deslocação por causa das suas responsabilidades caseiras, e por falta de estruturas de apoio apropriadas. Essas indisponibilidades, que sejam reais ou frutos de perceções e generalizações, acabam por ser uma pedra tropeça que impede as mulheres fardadas de evoluir, ou as mulheres dos setores da segurança ou militar de atingir postos de tomada de decisão.

“As mulheres não aceitam transferências e dão muitas desculpas e isto tem impedido a sua graduação.”⁷¹

71 Alferes Naldina Sanca Djassi, Alferes na Guarda Nacional, Chefe dos Recursos Humanos na Brigada de Proteção da Natureza e Ambiente, auscultação em Bissau, 19 de maio de 2017.

72 Contudo convém sublinhar que a nível da polícia, observou-se no passado a presença de mulheres em várias missões, embora em número reduzidos, tais como em Moçambique e Haiti. Foi mencionado uma figura feminina, agora comandante nacional de polícia de trânsito, que era admirada e cobiçada no seu grupo de escolta presidencial presente em Argélia.

3.3. Altos níveis de competição impedem a mulher de competir para altos cargos

3.3.1. A falta de oportunidades marginaliza as mulheres FDS nos setores operacionais

Um outro elemento central levantado durante as auscultações é a falta de oportunidades para as mulheres de treinar e praticar nas secções operacionais das FDS. O facto de não ter havido treinamentos, exercícios militares de rotina e missões regulares durante os últimos anos faz com que não seja possível demonstrar aptidões e competências, sendo este por norma um dos critérios de mérito para obtenção da promoção na carreira de defesa e de segurança.

Prova disto, em todo o percurso de participação das tropas guineenses em missões internacionais foi evidente a ausência das mulheres, nomeadamente nas missões de observação em Angola, Moçambique e Haiti, mas também na missão de observação e de capacetes azuis como é o caso da Libéria em 2003.⁷²

O fato de não ter havido recrutamentos segundo a lei desde 1992, e a falta de participação nas missões e atividades operacionais, limitaram as mulheres nas suas oportunidades de demonstrar as suas capacidades nas áreas operativas. Segundo os auscultados, esses fatores dirigiram assim as mulheres a ocuparem postos nas áreas e serviços não operacionais, nomeadamente serviços administrativos na secretaria, logística e protocolo. Ademais, constata-se que estas áreas não são passíveis de promoções rápidas, deste modo são menos apetecíveis para os colegas de sexo masculino num contexto de competição constante.

3.3.2 A competição interna elevada limita a promoção das mulheres FDS

As auscultações revelaram que a maioria das promoções no setor das forças armadas têm sido feitas após os golpes militares, períodos de caos em que se redesenham as estruturas e posições nas FDS, durante as quais as mulheres são excluídas. A particularidade desses períodos reside no fato que as reestruturações e promoções não são necessariamente ligadas ao reconhecimento das competências ou do mérito, mas às afinidades e pertenças ao grupo.

A exclusão das mulheres desses processos foi explicada pelos participantes como consequência da não participação das mulheres nas preparações dos golpes militares, justificado pela sua estigmatização como “faladora”:

“Não nos chamam nas pequenas reuniões de fazer complot, porque dizem que falamos muito.”⁷³

Esta lógica de reestruturação pós-golpe nas FDS tem origem no falhanço das várias reformas destinadas a regular a composição do exército, nomeadamente no domínio da reforma compulsiva, que criou graves problemas de desequilíbrio demográfico no exército.⁷⁴ De fato, o retorno dos reformados às casernas pós-golpes provocou ao longo dos anos um excesso dos graduados em relação à pequena dimensão das FA.⁷⁵

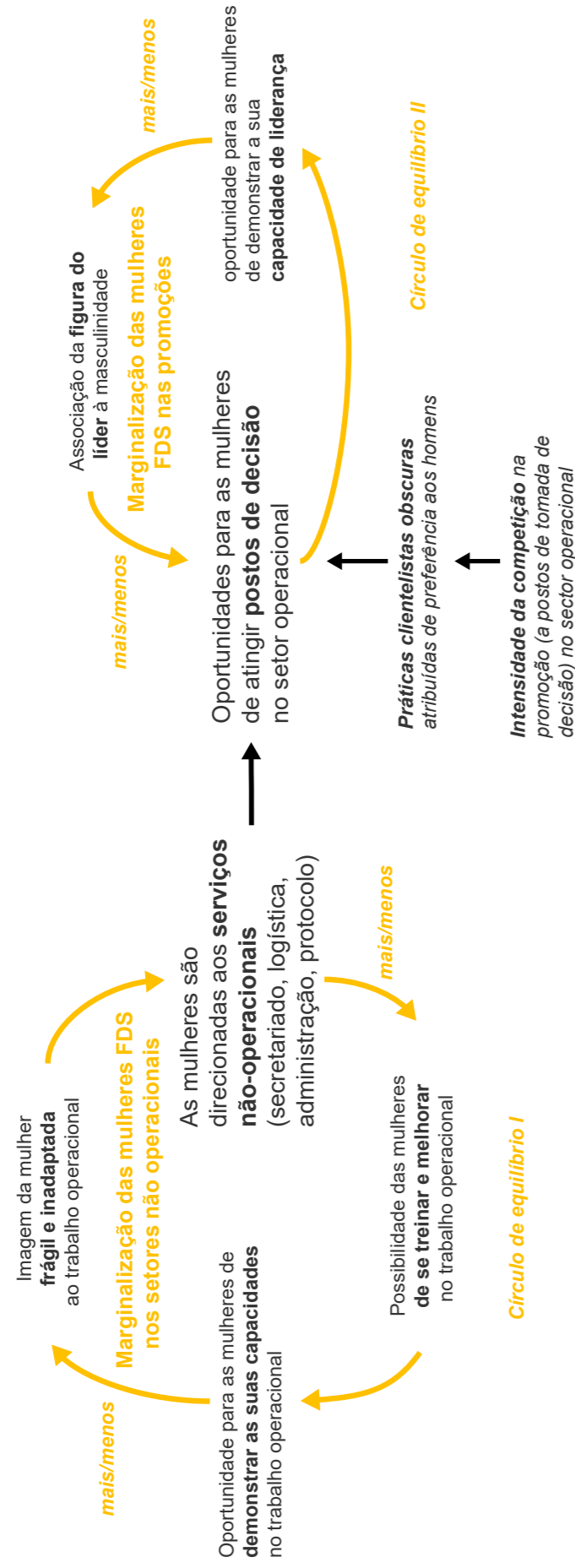
A estrutura superlotada das FA, uma pirâmide inversa – com uma base estreita de poucos soldados, para um topo alargado de oficiais superiores e generais –, favorece um grau elevado de competição para a promoção. Vagas a serem preenchidas são poucas ou quase nulas, e quando existe uma única oportunidade, o grau de competição é tão elevado que a promoção duma mulher a um posto de tomada de decisão é quase escusada.

Nesse ambiente onde a subjetividade é reinante e onde não existem critérios claros quanto à promoção, observa-se que as mulheres são sistematicamente excluídas da competição para as promoções, resultando numa larga assimetria de género nos altos cargos militares.

73 Tenente Elsa Monteiro, Serviços de Informação e Segurança (SIS), auscultação em Bissau, 19 de maio de 2017.

74 As sucessivas tentativas de reformas implementadas desde os anos 1980 até ao início da década de 2000, surtiram poucos efeitos. O objetivo das reformas – encorajar a camada idosa dos militares a tomarem a reforma compulsiva – não foi cumprido. Esse falhanço explica-se por fatores como a instabilidade política e governativa, a má perceção da Reforma pelas FDS e pelos Combatentes da Liberdade da Pátria ou por outros grupos, as insuficiências de recursos financeiros e materiais, ou ainda a pobreza e precaridade generalizada;

75 O resultado dessa situação fez que, passados mais de quatro décadas da independência, as FDS continuam a ter os protagonistas da independência nas suas fileiras, e com um número reduzido de jovens.



Instruções de leitura da análise sistémica:

- Sugerimos começar a leitura da análise sistémica pelo fator escrito em letras grandes, como ponto de início do círculo.
 - Cada fator tem que ser lido começando pela palavra "mais" ou "menos".
 - Cada flecha intensifica a palavra "mais" ou "menos".
- Por exemplo: Quanto **maior** forem "as chances para as mulheres de atingir postos de decisão no setor operacional", **maior** serão "as oportunidades para as mulheres de demonstrar as suas capacidades de liderança"
- Quanto uma flecha está acompanhada por "mais/menos", isso significa que a relação entre o primeiro e segundo fator muda.
- Por exemplo: Quanto **mais** "as mulheres serão direcionadas aos serviços não-operacionais (secretariado, logística, administração, protocolo)", **menos** "possibilidades elas terão de se treinar e melhorar no trabalho operacional"
- A leitura do círculo continua com a mesma lógica, ou seja, a mesma relação proporcional (mais => mais, menos => menos), até indicação contrária.
- Nota:** Os fatores em letras itálicas são fatores externos que influenciam o fator apontado.
- Para mais detalhes sobre a leitura da análise sistémica, refira-se ao Anexo I.**

Pistas de soluções

As Forças de Defesa e Segurança são, de igual modo no domínio político, fortemente influenciadas pelas tradições culturais guineenses que oferecem pouco espaço à ascensão política e social da mulher. Além do mais, as FDS são caracterizadas por uma forte cultura machista que desvaloriza o papel das mulheres nessas áreas, e impede a sua responsabilização nos postos de tomada de decisão.

Para responder às necessidades específicas identificadas pelos grupos consultados, os participantes propuseram várias *pistas de soluções* aplicáveis ao domínio das FDS. Destinam-se principalmente aos líderes políticos e aos principais decisores encarregados das questões das FDS.⁷⁶

1. Definir um quadro jurídico claro e inclusivo tomando em conta as preocupações das mulheres FDS perante a sua inclusão nas esferas de tomada de decisão

As preocupações das mulheres enquanto à sua ascensão nas FDS são numerosas, e por enquanto não são reconhecidas por um quadro jurídico claro. Os problemas de recrutamento objetivo entre homens e mulheres, da penalização de práticas discriminatórias perante as mulheres, ou ainda do direito a infraestruturas adaptadas e específicas para as mulheres são, entre outros, pouco consideradas.

A necessidade de definir e estabelecer um quadro jurídico claro e inclusivo só pode passar por esforços de advocacia e a criação dum grupo de trabalho específico tratando das necessidades das mulheres FDS, com objetivos militares e de defesa. Esses esforços não só podem levar a uma melhoria das condições das mulheres FDS, mas também podem servir de alavanca para incentivar novas mulheres a juntarem as FDS.

⁷⁶ As populações auscultadas exprimiram várias pistas de soluções resumidas nesta secção. Decidiu-se utilizar a palavra "pista", reconhecendo que as opiniões expressadas durante as auscultações constituem elementos de solução, sem constituir soluções em si. De fato, escusado será dizer que a elaboração de soluções concretas necessita o apoio de especialistas e peritos capazes de transformar pistas em ações concretas para a mudança.

2. Melhorar a comunicação à volta da inclusão das mulheres nas FDS

A imagem das FDS, fortemente associada à cultura da masculinidade, não contribui para tornar a carreira militar e de segurança atraente para as mulheres. Melhorar a comunicação exterior sobre as carreiras femininas nas FDS, e mostrar que o sucesso nas Forças de Defesa ou de Segurança é possível e positivo, e constitui um primeiro passo para abranger um público mais largo, mudar a imagem das FDS, e possivelmente recrutar mais mulheres.

Capitalizar a forte valorização das mulheres lutadoras e antigas combatentes na luta da independência constitui uma possível oportunidade para divulgar histórias de sucesso. Uma campanha de comunicação com o objetivo de promover exemplos de trajetórias de sucesso das mulheres militares ou de defesa é outro exemplo que pode contribuir para melhorar a comunicação à volta da inclusão das mulheres nas FDS.

CONCLUSÃO



Restituição das auscultações durante a Conferência Nacional da Voz di Paz e Interpeace, Bissau, 11 de outubro de 2017. Copyright Interpeace.

Conclusão

Os elementos que constituem este relatório são, para muitos guineenses e observadores atentos, já conhecidos. Debates e discussões sobre a participação das mulheres na governança geraram um interesse crescente nos últimos anos. A pesquisa realizada por Voz di Paz e Interpeace e financiada pela Iniciativa de Promoção do Género do Fundo para a Consolidação da Paz das Nações Unidas visou, no entanto, por à luz novas perspectivas, relativizar a importância de certos fatores e, acima de tudo, aprofundar o entendimento sobre esse tema, adotando uma lente de consolidação da paz. Este relatório distingue-se, portanto em primeiro lugar pelo fato de estabelecer uma compreensão consensual, comum e partilhada por um grupo representativo da sociedade guineense.

As pressões socioculturais e políticas sobre as mulheres confirmaram-se como sendo verdadeiras barreiras à sua emancipação nas esferas de tomada de decisão. As ilustrações descritas ao longo deste relatório destacam uma profunda valorização das normas sociais tradicionais que põem em perigo o lugar da mulher na Guiné-Bissau na tomada de decisão. A transposição desses valores nas instituições formais e informais do poder tornam a ascensão das mulheres difícil e desencorajadora.

Este relatório - *Fala di Mindjer* - também abre perspectivas sobre as potencialidades e capacidades existentes com potencial catalítico de mudança, como as redes femininas ou de maneira mais abrangente o reconhecimento do lugar central da mulher para a sociedade. As boas práticas e recomendações apresentadas neste relatório também oferecem pistas para melhorar as práticas neste domínio. Num contexto de instabilidade onde mudanças de longo prazo são necessárias, mas frágeis, essas oportunidades e recomendações constituem uma base sobre a qual se pode começar a construir, desde hoje, um novo equilíbrio para a Guiné-Bissau.

ANEXOS E BIBLIOGRAFIA

Anexos

Anexo 1: Como ler a análise sistêmica

Para aprofundar a análise dos dados recolhidos nas auscultações, os investigadores da Voz di Paz usaram a abordagem do pensamento sistêmico.

A análise sistêmica quer ir além duma lógica simplista de causa a efeito e linearidade, conforme os outros tipos de análise, tal como a árvore de problemas. **Quer tornar mais explícita a complexidade das dinâmicas que estruturam um determinado fenómeno.** Em vez de se concentrar unicamente sobre algumas causas profundas dum problema, pretende identificar as dinâmicas estruturantes que ligam todas as causas e consequências do problema entre elas.

Para tal, é necessário identificar os principais fatores que influenciam um fenómeno ("as causas e os efeitos" duma análise clássica) e, em seguida, identificar as interações e interdependências entre esses fatores. O aspeto central da análise sistêmica reside na identificação de certos grupos de fatores que influenciam todo o sistema, formando assim as dinâmicas estruturantes dum fenómeno. Algumas dessas dinâmicas estruturantes são apresentadas neste relatório.

Como ler a análise sistêmica?

Os fatores ("causas e efeitos") que constituem uma dinâmica estruturante são formulados de maneira a que se possam ler de duas formas: podem ser aumentados, ou diminuídos de acordo com a situação analisada.

Na análise apresentada no presente relatório, foram escolhidos dois tipos de dinâmicas estruturantes que se apresentam na forma de círculos: o círculo de autorreforço (representado com a cor azul) e o círculo de equilíbrio (representado com a cor amarela).

O círculo de autorreforço

Os fatores estão ligados entre eles por flechas. Uma flecha **sem indicação** específica que liga um fator A a um fator B sugere uma relação mais ou menos **proporcional** entre esses dois fatores. Ou seja, se o fator A aumentar, o fator B também aumentará. Isso pode ser lido de duas maneiras: "quanto mais A aumentar, mais B aumentará", ou então "quanto mais A diminuir, mais B diminuirá".

Um conjunto de fatores ligados por flechas sem indicação e formando um círculo, é chamado de "**círculo de autorreforço**". Um círculo de autorreforço é caracterizado por uma dinâmica positiva ou negativa que cresce cada vez mais, semelhante a um círculo vicioso ou a um círculo virtuoso.

Exemplo dum círculo de autorreforço



Instruções de leitura

Sugerimos começar a leitura da análise sistémica pelo fator escrito em letras grandes, como ponto de início do círculo

- Quanto *maior* for "o desrespeito pelas mulheres FDS por parte da hierarquia e dos seus subordinados", *maior* será "a perceção de que a mulher FDS não se sabe impor como chefe";
- Quanto *maior* for "a perceção de que a mulher FDS não se sabe impor como chefe", *maior* será "a dominação da ideia de que o exercito é um negocio de homens";
- Quanto *maior* for "a dominação da ideia de que o exercito é um assunto de homens", *maior* será "o favorecimento dos homens no processo formal de recrutamento";
- Quanto *maior* for "o favorecimento dos homens no processo formal de recrutamento"; *maior* será "a perceção de que as mulheres que entraram nas FDS fora do voluntariado são ilegais";
- Quanto *maior* for "a perceção de que as mulheres que entraram nas FDS fora do voluntariado são ilegais", *maior* será "o desrespeito pelas mulheres FDS por parte da hierarquia e dos seus subordinados";

Um círculo de equilíbrio

Quando se ver uma flecha que liga um fator A a um fator B com a indicação "*mais/menos*", significa que existe uma relação mais ou menos **proporcionalmente inversa** entre esses dois fatores. Ou seja, se o fator A aumentar, o fator B diminuirá. Isso pode ser lido de duas maneiras: "quanto mais A aumentar, mais B diminuirá" ou então "quanto mais A diminuir, mais B aumentará".

Um conjunto de fatores que formam um círculo e cuja única ligação tem a indicação "*mais/menos*", é chamado de "**círculo de equilíbrio**". Um círculo de equilíbrio é caracterizado por uma dinâmica que é mantida num certo equilíbrio. Quando um fator A do círculo aumenta, pelo menos um dos outros fatores da sequência atua para reduzir o fator inicial A e trazê-lo, mais ou menos, para o nível inicial. Um certo nível de equilíbrio é assim mantido.

Exemplo dum círculo de equilíbrio:



Instruções de leitura

Sugerimos começar a leitura da análise sistémica pelo fator escrito em letras grandes, como ponto de início do círculo

- Quanto *mais* "mulheres ocuparem responsabilidades políticas", *maior* será a "perceção por parte da mulher comum de que a mulher política é mais inteligente e mais importante do que ela";
- Quando *maior* for "perceção por parte da mulher comum de que a mulher política é mais inteligente e mais importante do que ela"; *maior* será o "sentimento de frustração, falhanço e/ou ciúmes da mulher comum";
- Quando *maior* for o "sentimento de frustração, falhanço e/ou ciúmes da mulher comum", *maior* serão "os rumores e a difamação contra a mulher política por parte daquela";
- Quando *maior* forem "os rumores e a difamação contra a mulher política da parte da mulher comum", *menos* será "a autoconfiança da mulher e a sua vontade de iniciar ou continuar a carreira política";
- Quanto *menos* for "a confiança da mulher e a sua vontade de iniciar ou continuar a carreira política"; *menos* "mulheres ocuparão responsabilidades políticas".

Anexo 2: Dados estatísticos sobre as atividades

Tabela 1: Auscultações nacionais (grupos de discussão)

Região	Localidade	Composição	Data	Numero de participantes por localidade	Numero total de participantes
Bafatá	Bafatá	Mista*	29 de abril de 2017	36	36
Biombo	Biombo	Mista*	30 de março de 2017	47	47
Bolama-Bijagós	Bubaque	Mista*	13 de maio de 2018	43	43
Cacheu	Canchungo	Mista*	31 de março de 2017	57	110
	São Domingos	Mista*	1 de abril de 2017	53	
Gabú	Gabú	Mista*	28 de abril de 2017	51	51
Oio	Mansoa	Mista*	7 de abril de 2017	50	99
	Farim	Mista*	8 de abril de 2017	49	
Quinará	Quinará	Mista*	6 de maio de 2017	60	60
Setor autónomo de Bissau	Bissau	Partidos políticos e sociedade civil	20 de maio de 2017	53	105
	Bissau	Forças de Defesa e Segurança	19 de maio de 2017	52	
Tombali	Catió	Mista*	5 de maio de 2017	40	40
TOTAL	12 grupos de discussão				544 participantes

*Sociedade civil, líderes tradicionais, partidos políticos e FDS a nível das regiões

Distribuição geográfica das auscultações, por região e número de participantes

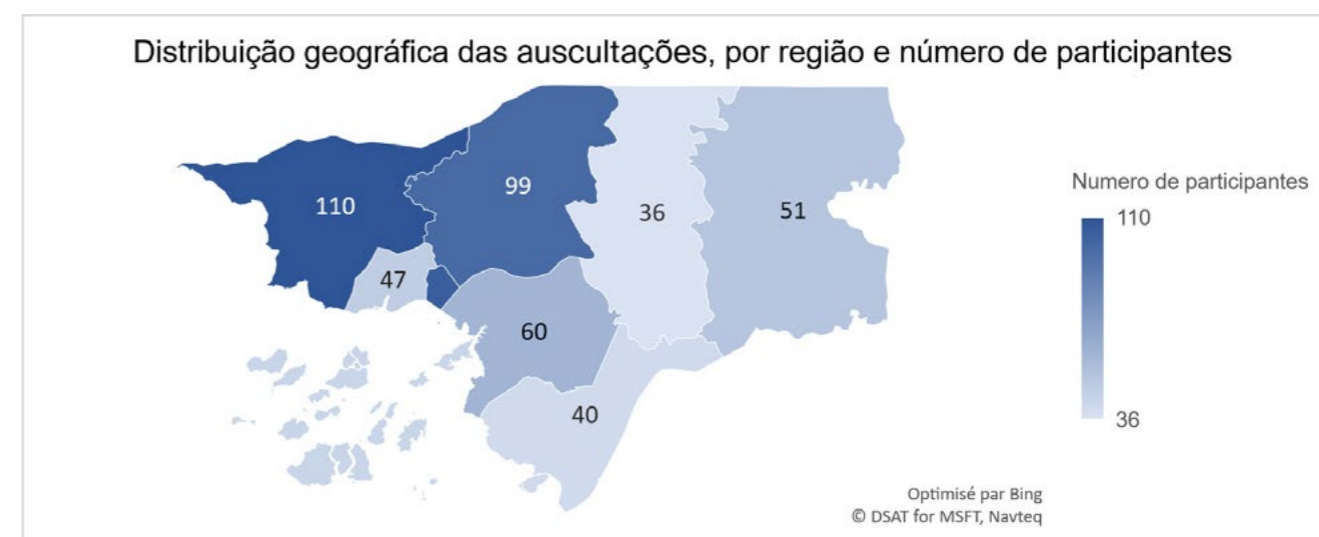


Tabela 2: Restituição dos resultados para validação

Atividade	Numero	Numero de participantes
Restituição I – Grupos de trabalho com especialistas e peritos (1 dia)	5	63
Restituição II – Conferência Nacional com líderes nacionais e regionais (2 dias)	1	57
Total	6	120

Tabela 3: Atividades realizadas

Atividade	Numero
Grupos de discussão	12
Restituições	6
Numero total de participantes	664

Gráfico 1: Repartição sociodemográfica dos participantes nas atividades por género



Gráfico 2: Repartição sociodemográfica dos participantes nas atividades por idade

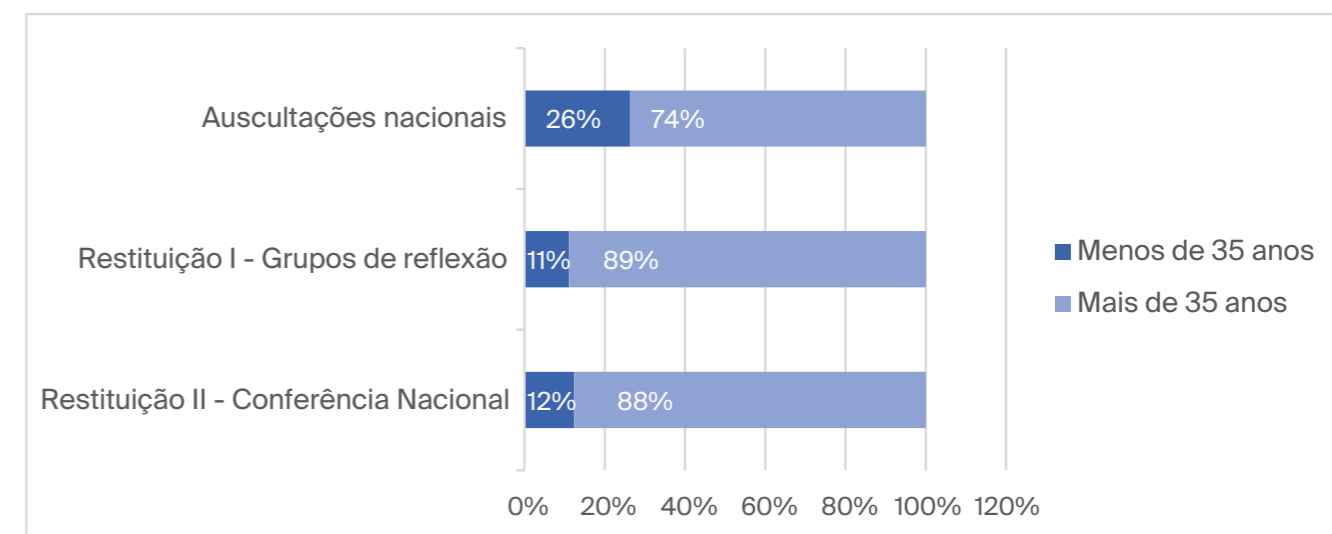
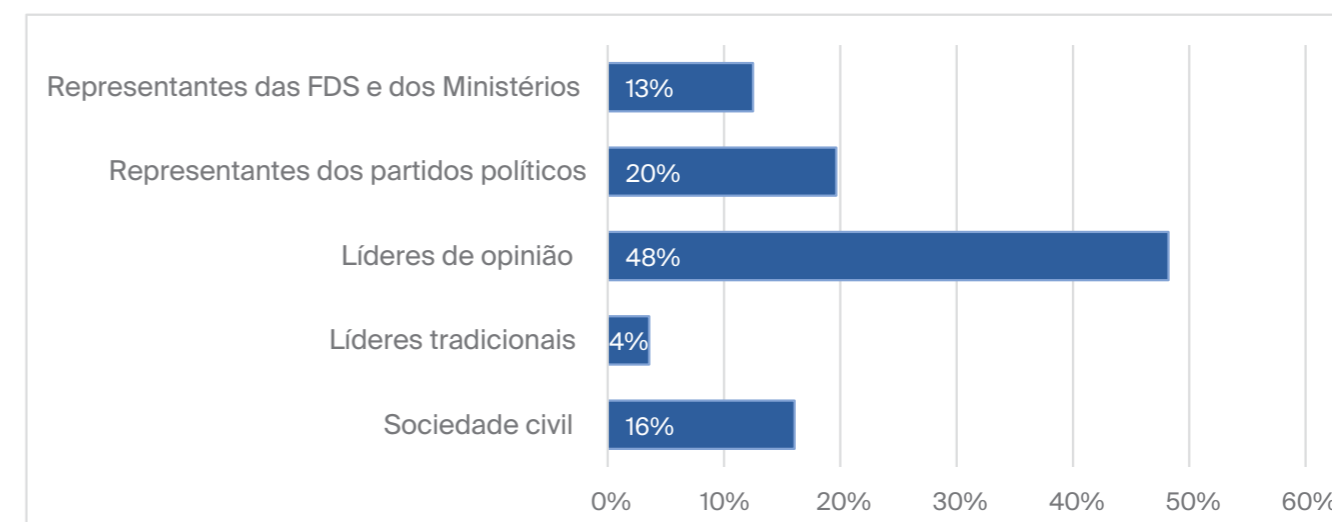


Gráfico 3: Repartição socioprofissional dos participantes na Conferência Nacional, 10-11 de outubro de 2017



Anexo 3: Mapa da Guiné-Bissau



Department of Field Support
 Geospatial Information Section (formerly Cartographic Section)
 Map No. 4063 Rev. 5 UNITED NATIONS
 February 2018

Bibliografia

CDA COLLABORATIVE (2016), *Reflecting on Peace Practice, A resource manual*, USA.: <http://cdacollaborative.org/wordpress/wp-content/uploads/2017/01/Reflecting-on-Peace-Practice-RPP-Basics-A-Resource-Manual.pdf>

“Estatísticas Básicas da Guiné-Bissau 2014”, Instituto Nacional da Estatística (INE), Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional, República da Guiné-Bissau, 2014. http://www.stat-guineebissau.com/publicacao/estatisticas_basicas.pdf

GODINHO GOMES Patrícia (2013), *Na senda da luta pela paz e igualdade. O contributo das mulheres guineenses*, Buala. http://www.buala.org/pt/mukanda/na-senda-da-luta-pela-paz-e-igualdade-o-contributo-das-mulheres-guineenses#footnote27_glozrn5

INTERPEACE, “What is Peacebuilding”: <http://www.interpeace.org/what-we-do/what-is-peacebuilding/>

“Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza”, Instituto Nacional da Estatística (INE), Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional, República da Guiné-Bissau, 2011. <http://catalog.ihsn.org/index.php/catalog/4516>

Lei do serviço militar, República da Guiné-Bissau.

NAÇÕES UNIDAS (2015), “17 Objetivos para transformar o nosso mundo”. <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods/>

NAÇÕES UNIDAS (2000), “Resolução 1325 do Conselho de Segurança”, <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/720/18/PDF/N0072018.pdf?Op>

OFFICE OF THE SPECIAL ADVISOR ON GENDER ISSUES AND ADVANCEMENT OF WOMEN (2001), “Gender Mainstreaming: Strategy for Promoting Gender Equality” <http://www.un.org/womenwatch/osagi/pdf/factsheet1.pdf>

Recenseamento militar (2008), República da Guiné-Bissau.

VOZ DI PAZ (2013), *Visão das mulheres líderes para a paz e o desenvolvimento Guiné-Bissau*, Guiné-Bissau.

VOZ DI PAZ e INTERPEACE (2010), *Guiné-Bissau, As causas profundas do conflito: a voz do povo - Resultados da audição nacional realizada em 2008*, Guiné-Bissau. <http://www.interpeace.org/resource/roots-of-conflicts-in-guinea-bissau-the-voice-of-the-people-portuguese/>

Sobre os Espaços Regionais de Diálogo da Voz di Paz

VOZ DI PAZ e INTERPEACE (2015), *Infraestrutura local para a Paz na Guiné-Bissau: A contribuição dos Espaços Regionais de Diálogo*, Guiné-Bissau. <http://www.interpeace.org/resource/infra-estrutura-local-para-a-paz-na-guine-bissau-a-contribucao-dos-espacos-regionais-de-dialogo-para-a-construcao-da-paz/>

VOZ DI PAZ e INTERPEACE (2015), *Voz di Paz, A network for Peace*, Guiné-Bissau. <http://www.interpeace.org/resource/voz-di-paz-a-network-for-peace/>



Voz di Paz
Bairro do Enterramento
CP 588
Bissau, Guiné-Bissau
Tel: +245966633617
vozdi pazgb@gmail.com



Interpeace
Escritório Regional para a África Ocidental
Villa n° 43,
Cité Les Lauriers 5, Deux Plateaux
06 BP 2100 Abidjan, Côte d'Ivoire
Tel : +225 22 42 33 41
wao@interpeace.org
www.interpeace.org

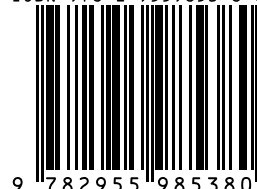


Peacebuilding Fund
Peacebuilding Support Office
United Nations Headquarters
New York, NY 10017
United States



Em parceria com as Nações Unidas

ISBN 978-2-9559853-8-0



9 782955 985380